

**CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023**

**EDITAL DE APOIO A REFORMAS, RESTAUROS, MANUTEN O E  
FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA**

**MINUTA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023**

**EDITAL DE REFORMAS, RESTAUROS, MANUTEN O E FUNCIONAMENTO  
DE SALAS DE CINEMA**

A Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC), no uso de suas atribui es previstas no Art. 47 da Lei Estadual 21.352/2023, subsidiariamente   Lei Complementar n.º 195 de 08 de julho de 2022, ao Decreto Federal n.º 11.453, de 23 de março de 2023, ao Decreto Federal n.º 11.525 de 11 de maio de 2023, ao Decreto Estadual n.º xx/2023 e   Resolu o n.º XX, de XX de julho de 2023<sup>1</sup>, da Secretaria de Estado da Cultura, vem, por meio deste Edital, tornar público o chamamento para a sele o de projetos de reformas, restauros, manuten o e funcionamento de salas de cinema, para o recebimento de fomento exclusivamente na área artístico-cultural do audiovisual.

Em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Cultura, o Edital de Chamamento Público n.º 00X/2023 vem assegurar, dentro das normas estabelecidas, a valoriza o, prote o e promo o do patrim nio da produ o artístico-cultural, e das manifesta es culturais, no Estado do Paraná, concretizando o seu compromisso com a diversidade e o pluralismo cultural, com a descentraliza o das atividades incentivadas, que buscam promover a democratiza o do acesso às atividades e aos bens culturais, e o acesso   produ o e fru o da cultura em todos os municípios paranaenses.

---

<sup>1</sup> Tanto o Decreto Estadual quanto a Resolu o encontram-se, neste momento, em trâmite.

## 1. DO OBJETO

- 1.1. Com fundamento no Art. 6.º, inciso II, da Lei Complementar n.º 195/2022, a Secretaria de Estado da Cultura, por meio deste Edital, tem o propósito de apoiar projetos de reformas, restauros, manutenção e funcionamento de salas de cinema, visando o fomento à preservação de espaços que permitam a exibição aberta ao público regular de obras audiovisuais para fruição coletiva paranaense, de forma exclusiva ou em complemento a outras formas de financiamento, inclusive aquelas com origem em recursos públicos ou financiamento estrangeiro, realizados por Agentes Culturais sediados no Estado do Paraná há no mínimo 06 (seis) meses da data de lançamento deste Edital.
  - 1.1.1. Conforme estabelecido no Art. 3.º, §5.º, inciso II, alíneas a), b) e c) do Decreto n.º 11.525/2023, são elegíveis a receber os recursos previstos neste Edital as salas de cinema públicas, privadas que não componham redes e as redes de salas de cinema com até 25 (vinte e cinco) salas em território nacional.
- 1.2. A Secretaria de Estado da Cultura, por meio deste Edital, prevê a inscrição de projetos a serem executados nas áreas relacionadas no Anexo I.
- 1.3. O resultado final deverá observar o seguinte:
  - 1.3.1. No mínimo 50% (cinquenta por cento) do montante total dos recursos disponibilizados para este concurso serão destinados a projetos de Agentes Culturais que tenham sede (Pessoa Jurídica) em município do Estado do Paraná que não seja a Capital Curitiba e atuação, prioritariamente, fora da Capital.
    - 1.3.1.1. Caso o Agente Cultural pretenda se beneficiar do disposto no item 1.3.1, deverá declarar no momento da

inscri o que tem sede e atua o prioritária fora da Capital, em consonância com o endereço cadastrado no sistema SIC.Cultura ([www.sic.cultura.pr.gov.br](http://www.sic.cultura.pr.gov.br)).

- 1.3.1.2. Não havendo demanda suficiente para atender   divisão citada no item 1.3.1, os valores poderão ser remanejados para contemplar projetos classificados de Agentes Culturais residentes ou sediados na Capital.
- 1.3.1.3. Para fins de destina o dos recursos na sele o de projetos, conforme item 1.3.1, serão considerados os dados de sede que constem no cadastro de Agente Cultural no momento da inscri o.
- 1.3.2. Conforme estabelecido no Art. 16, inciso IV do Decreto Federal n.  11.525/2023, todas as áreas contemplarão uma reserva de vagas de 20% (vinte por cento) para projetos e a oes apresentados por pessoas negras, bem como uma reserva de vagas de 10% (dez por cento) para projetos e a oes propostos por pessoas indígenas.
- 1.3.3. A pontua o obtida na avalia o técnica e de mérito ser a acrescida de 10 (dez) pontos adicionais, caso o projeto se enquadre, e expressamente o declare, sob as penas da lei, nas situa oes relacionadas abaixo:
  - 1.3.3.1. Projetos submetidos por Agente Cultural Pessoa Jurídica mediante análise da composi o de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quadro societário que integre um ou mais dos grupos sociais elencados no item 2.2 do Anexo VI deste Edital.
  - 1.3.3.2. Projetos cuja contrapartida social seja direcionada aos grupos indicados no item 3.2, relacionados no Anexo V deste Edital.

- 1.3.3.3. Caso o projeto pretenda se beneficiar do disposto nos itens 1.3.3.1, será necessário preencher e anexar autodeclara o conforme modelo contido no Anexo VIII, assumindo a responsabilidade civil e criminal pela veracidade da declara o, sujeito às san oes administrativas, civis e penais, em caso de comprova o de falsidade, nos termos da lei.
- 1.3.3.4. O acréscimo de 10 (dez) pontos mencionado no item 1.3.3. será considerado para o enquadramento em cada um dos itens 1.3.3.1 e 1.3.3.3, até o limite de 20 (vinte) pontos.

## **2. DO VALOR**

- 2.1. O valor total de recursos para este Edital será de R\$ 4.500.00,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).
- 2.2. A distribui o dos recursos será realizada levando-se em conta os critérios estabelecidos no item 3 do Anexo I deste Edital.
- 2.3. A Comissão de Sele o reserva-se o direito de avaliar e deliberar sobre a aprova o de um valor menor que o previsto originalmente na planilha orçamentária do projeto. Essa decisão será pautada na análise da viabilidade financeira e orçamentária do projeto, bem como a disponibilidade de recursos para este Edital, considerando as diretrizes e critérios aqui estabelecidos.
- 2.4. Após a sele o dos projetos, caso não haja classificados suficientes para o total de recursos destinados a este Edital, a SEEC poderá remanejar os recursos remanescentes para outros editais realizados com recursos oriundos da Lei Complementar n.  195/2022.

2.5. O valor citado no item 2.1 poderá ser suplementado com recursos da Lei Complementar n.º 195/2022.

2.5.1. Caso haja amplia o da dota o orçamentária, novos projetos poderão ser convocados pela Comissão de Sele o, respeitando o estabelecido no item 13 deste Edital.

### 3. DAS DEFINI ES

3.1. Para os efeitos deste Edital, entende-se por:

- a) **Projeto**: formaliza o da proposta cultural por meio de informa es e documentos apresentados   Secretaria de Estado da Cultura, conforme descrito nos itens 6, 7 e 8 neste Edital;
- b) **Agente Cultural**:   Pessoa Jurídica, que se inscreve neste Edital e que assume a responsabilidade legal junto   Secretaria de Estado da Cultura pelo projeto, ou seja, por sua inscri o, execu o e conclusão;
- c) **Secretaria de Estado da Cultura**:  rgo do Governo do Estado do Paraná responsável por este Edital, doravante denominado simplesmente SEEC;
- d) **Termo de Execu o Cultural**: instrumento firmado entre o Agente Cultural e a Secretaria de Estado da Cultura para estabelecer as obriga es das partes na implementa o das modalidades previstas no Art. 6.º da Lei Complementar n.º 195/2022, com seu detalhamento previsto no Art. 23 e seguintes do Decreto Federal n.º 11.453/2023 e Art. XXX do Decreto Estadual n.º XXXX;
- e) **Contrapartida**: a o que deverá ser realizada pelo Agente Cultural em retribui o pelo financiamento de seu projeto com recursos públicos, conforme estabelecido no Anexo V;
- f) **Salas de cinema**: recintos destinados, ainda que não exclusivamente, ao serviço de exposi o aberta ao público regular de obras audiovisuais

para fruic o coletiva, admitida a possibilidade de amplia o da voca o de outro espaço cultural já existente;

- g) **Reforma:** pinturas, reparos elétricos, hidráulicos, troca de revestimentos, forros, constru o de paredes internas, entre outros, em edifica es existentes, que não impliquem em amplia es ou supressões de área, modifica es na estrutura ou no número de pavimentos, altera es na configura o do perímetro externo do uso aprovado e modifica o da forma do bem em planta, corte ou eleva o;
- h) **Restauro:** Conjunto de opera es e atividades destinadas a restabelecer a integridade física e est tica do Bem cultural, a partir do reconhecimento dos aspectos simbólicos que o valoram e a necessidade de garantir a legibilidade desses aspectos, considerando os traços da passagem do tempo.
- i) **Manuten o e funcionamento:** conjunto de opera es destinadas a garantir, principalmente, condi es de uso e bom funcionamento da unidade; aquisi o, troca ou manuten o de equipamentos como projetores, telas, sistemas de som, mobiliários, entre outros;
- j) **Anteprojeto:** conjunto de informa es técnicas que definem o partido arquitet nico e dos elementos construtivos, estabelecendo diretrizes para os projetos complementares, com elementos e informa es necessárias e suficientes e nível de precisão adequado para caracterizar a interven o e assegurar a viabilidade técnica e executiva do sistema proposto;
- k) **Memorial descritivo:** detalhamento da proposta de interven o, com as devidas justificativas conceituais das solu es técnicas adotadas, dos usos definidos e das especifica es dos materiais;

- l) **Especificações:** definição dos materiais, acabamentos e procedimentos de execução a serem utilizados em obra, em especial revestimentos de pisos, paredes e tetos de todos os ambientes e fachadas;
- m) **Diário de obra:** documento produzido pelo responsável técnico da obra, contendo informações diárias sobre a obra, como: dados do empreendimento, de seu proprietário, do responsável técnico e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica (quando cabível); as datas de início e de previsão da conclusão da obra ou serviço; as datas de início e de conclusão de cada etapa programada; a posição física do empreendimento no dia de cada visita técnica; orientação de execução, mediante a determinação de providências relevantes para o cumprimento dos projetos e especificações; nomes de empreiteiras ou subempreiteiras, caracterizando as atividades e seus encargos, com as datas de início e conclusão, e números das ARTs/RRTs respectivas; acidentes e danos materiais ocorridos durante os trabalhos; os períodos de interrupção dos trabalhos e seus motivos, quer de caráter financeiro ou meteorológico, quer por falhas em serviços de terceiros não sujeitas à ingerência do responsável técnico; outros fatos e observações que, a juízo ou conveniência do responsável técnico pelo empreendimento, devam ser registrados; demais informações pertinentes ao objeto;
- n) **Atestado de conclusão de obra/serviço:** documento que comprove a conclusão da obra. Devendo conter as seguintes informações: se emitido por Pessoa Jurídica, deve constar sua razão social e CNPJ, bem como o nome, cargo/função e assinatura do representante legal da pessoa jurídica, em papel timbrado da Pessoa Jurídica ou contendo seu carimbo de CNPJ; se emitido por Pessoa Física, deve constar

nome, CPF e assinatura do emitente; completa identifica o da obra/serviço, constando todos os Serviços e Atividades Técnicas desenvolvidas na execu o do contrato com seus respectivos quantitativos; localiza o da obra/serviço; período de execu o efetiva da obra/serviço com data de início e término; identifica o completa da empresa executora (quando houver); identifica o completa do(s) responsável(is) técnico(s); descri o da(s) atividade(s) executada(s) pelo(s) profissional(ais) e seu(s) respectivo(s) quantitativo(s); local e data da expedi o do documento;

- o) **Anota o de responsabilidade técnica:** documento que comprova que projetos, obras ou serviços técnicos de profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea possuem um responsável devidamente habilitado e com situa o regular perante o Conselho para realizar tais atividades;
- p) **Registro de responsabilidade técnica:** documento que comprova que projetos, obras ou serviços técnicos de Arquitetura e Urbanismo possuem um responsável devidamente habilitado e com situa o regular perante o Conselho para realizar tais atividades.

#### **4. DA PARTICIPA O E VEDA OES   PARTICIPA O**

##### **4.1. DA PARTICIPA O: será permitida a participa o de Agentes Culturais neste Edital conforme os seguintes critérios:**

- 4.1.1. Pessoas Jurídicas de Direito Privado, que tenham como objeto atividades artísticas e culturais, com sede no Estado do Paraná há pelo menos 06 (seis) meses, contados, retroativamente, a partir da data da habilita o, sendo vedada a participa o de qualquer Pessoa Jurídica de Direito Público, ou mesmo de Pessoa Jurídica de Direito Privado com contrato de gestão ou termo de parceria com a SEEC.

- 4.1.1.1. No caso de Agente Cultural Pessoa Jurídica, a sua representa o caberá ao representante legal da empresa ou entidade, segundo disposto em Estatuto Social, Contrato Social, ata ou instrumento de procura o – devidamente registrado em cartório.
- 4.1.2. Os projetos de reformas, restauros, manuten o e funcionamento de salas de cinema públicas deverão ser apresentados por Pessoas Jurídicas de Direito Privado, mediante a apresenta o de carta de anuência do órgão ou entidade responsável pela gestão do espaço.
- 4.2. **VEDA O DA PARTICIPA O: será vedada a participa o de Agentes Culturais ou membros de equipe, em qualquer projeto, a qualquer título, caso se enquadrem em uma das situa es abaixo:**
- 4.2.1. Agentes Culturais que possuam impedimento decorrente de processo administrativo de utiliza o e/ou de recebimento indevido de fomento ou incentivo da SEEC;
- 4.2.2. Servidores públicos estatutários, comissionados ou temporários ativos, residentes técnicos, estagiários e terceirizados da SEEC e nas suas unidades vinculadas;
- 4.2.3. Servidores ativos ocupantes de cargo ou fun o pública nos demais órgãos do Estado do Paraná e nas suas unidades vinculadas;
- 4.2.4. Integrantes da Comissão de Análise Técnica e de Mérito e da Comissão de Sele o dos projetos inscritos neste Edital;
- 4.2.5. Pessoas Jurídicas que não possuam natureza ou finalidade cultural expressa no estatuto;
- 4.2.6. Pessoas Jurídicas de direito público da administra o direta ou indireta;

4.2.7. Pessoa Jurídica que possua dentre os seus dirigentes, sócios ou representantes o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3.  grau:

I. agentes políticos ou dirigentes do Poder Executivo Estadual;

II. servidores públicos estatutários, comissionados ou temporários, residentes técnicos e terceirizados da SEEC e suas vinculadas ou com contrato de gestão.

Considerando como vinculadas:

- Associa o de Amigos do Museu Oscar Niemeyer;
- Biblioteca Pública do Paraná;
- Casa Andrade Muricy;
- Centro Cultural Teatro Guaíra;
- Centro Juvenil de Artes Plásticas;
- Museu Alfredo Andersen;
- Museu da Imagem e do Som;
- Museu de Arte Contemporânea;
- Museu do Expedicionário;
- Museu Paranaense;
- PalcoParan ;
- Sala do Artista Popular.

4.2.8.   vedado o aporte em projetos que apresentem caráter sectário, discriminatório ou que atentem contra as institui es públicas,   dignidade e aos direitos humanos, conforme previsto no Art. 18,  2.  do Decreto Federal 11.453/2023.

## 5. DO PROJETO

- 5.1. Os elementos e informações necessárias que deverão compor o projeto visando a sua análise estão contidos no formulário/aba de inscrição dentro do sistema SIC.Cultura, cabendo aos Agentes Culturais, além do seu integral preenchimento, anexar os documentos e materiais obrigatórios exigidos pelo Edital.
- 5.2. O projeto inscrito deverá contemplar obrigatoriamente:
  - 5.2.1. Uma das áreas apontadas no item 3.1 do Anexo I deste Edital;
  - 5.2.2. Uma das áreas de abrangência de realização do projeto (capital ou interior), conforme apontada no item 3.5 do Anexo I deste Edital.
- 5.3. Caso o projeto utilize recursos complementares oriundos de fontes diversas ao presente Edital, eles deverão ser informados no formulário/aba de apresentação do projeto e declarados na aba “Outras Fontes de Financiamento”.
  - 5.3.1. É vedada a sobreposição entre os itens custeados com recursos deste Edital com aqueles a serem obtidos junto a outras fontes.
- 5.4. Não poderão ser custeadas com os recursos originários da Lei Complementar n.º 195/2022 as seguintes despesas:
  - 5.4.1. Honorários para elaboração do projeto;
  - 5.4.2. Divulgação e comercialização que, somadas, ultrapassem o limite de 20% (vinte por cento) do orçamento total aprovado para o projeto;
  - 5.4.3. Pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a servidores da SEEC e das entidades a ela vinculadas;
  - 5.4.4. Pagamento pela função de Agente Cultural.

- 5.5. Para fins de otimiza o de recursos deste Edital, a mesma Pessoa Física ou Jurídica não poderá ser remunerada por mais de 02 (duas) fun o es em um mesmo projeto.
- 5.5.1. As informa o es referentes  (s) fun o o es) e remunera o o es) do(s) profissional(is) (Pessoa Física ou Jurídica) exercida(s) no projeto e relacionado(s) na aba "Ficha Técnica/ Currículo" deverão, obrigatoriamente, ser idênticas às informa o es preenchidas nos itens orçamentários, na aba "Orçamento Detalhado", e nas cartas de anuência anexadas no projeto, na aba "Documentos e informa o es a serem anexados".
- 5.5.2. Havendo profissionais que exerçam mais de uma fun o o remunerada no projeto, o Agente Cultural deverá informar, **de forma separada**, na aba "Ficha Técnica/Currículo", cada fun o o exercida pelo profissional no projeto, repetindo o mesmo profissional e alterando apenas a fun o o e o valor de remunera o o com correspondente informa o o na carta de anuência e no orçamento detalhado.
- 5.5.2.1. Caso o profissional exerça mais de uma fun o o, deverá ser apresentado um currículo para cada uma delas, respeitando o limite máximo de duas.
- 5.6. Projetos que não atendam às exigências do item 5 e seus relacionados serão desclassificados na etapa de sele o dos projetos.
- 5.7. Conforme disposto no Art. 27 do Decreto Federal n.  11.453/2023, os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência do fomento serão de titularidade do Agente Cultural, desde a data de sua aquisi o o, nas seguintes hipóteses:
- I – quando a finalidade do fomento for viabilizar a constitui o o de acervo, fortalecer a transmiss o o de saberes e práticas culturais, fornecer mobiliário, viabilizar aquisi o o de

equipamentos, viabilizar modernização, reforma ou construção de espaços culturais, prover recursos tecnológicos para Agentes Culturais, prover recursos para garantir acessibilidade, ou objetivo similar; ou

II – quando a análise técnica da Comissão de Seleção indicar que a aquisição de bens com titularidade do Agente Cultural é a melhor forma de promover o fomento cultural no caso concreto.

5.7.1. Nos demais casos, ao término do projeto o Agente Cultural deverá doar o bem para a SEEC ou, com a anuência desta, para uma instituição declarada de utilidade pública sediada no Estado do Paraná, e apresentar comprovação no relatório de prestação de contas do projeto.

5.7.1.1. Nos casos de rejeição da prestação de contas, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

5.8. Os Agentes Culturais deverão, obrigatoriamente, incluir em todo material promocional (impresso, virtual, de áudio e audiovisual), e no(s) produto(s) cultural(is) resultante(s) do projeto, o apoio da SEEC, do Estado do Paraná, do Ministério da Cultura e da Lei Complementar n.º 195/2022, utilizando as logomarcas oficiais conforme disponibilizado no SIC.Cultura e no site da SEEC.

5.8.1. Os Agentes Culturais deverão, obrigatoriamente, confeccionar e instalar uma placa indicando que a reforma, restauro ou manutenção e funcionamento do espaço foram realizados com recursos deste Edital, através da utilização das logomarcas oficiais e da expressão prevista no item 5.8.3.

5.8.2. A inserção das logomarcas deverá respeitar critérios e orientações contidos no manual de uso de marca do Governo

do Estado e do Governo Federal a ser disponibilizado no SIC.Cultura e no site da SEEC.

- 5.8.3. Além da inser o das logomarcas, o Agente Cultural também deverá, obrigatoriamente, mencionar em suas peças de divulga o em m dias eletr nicas e/ou digitais (rádio, TV, internet), quando utilizadas, em seus espetáculos (na abertura e/ou no encerramento), e nos produtos gerados pelo projeto ( udio e vídeo, CD, DVD, Livro, Catálogo) a expressão: “PROJETO REALIZADO POR MEIO DE INCENTIVO DA LEI PAULO GUSTAVO – SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – MINISTÉRIO DA CULTURA – GOVERNO FEDERAL”.

- 5.8.3.1. Todos os materiais de divulga o e os materiais gerados pelo projeto, em todos os seus formatos, devem ser enviados para aprova o prévia para o e-mail [leipaulogustavo@seec.pr.gov.br](mailto:leipaulogustavo@seec.pr.gov.br). O prazo para análise   de 03 (três) dias úteis.

- 5.9. A altera o de integrantes da equipe principal constante na Ficha Técnica do projeto só será permitida após a análise e aprova o da SEEC.

- 5.9.1.1. Os demais membros, que não integrem a equipe principal constante na Ficha Técnica, poderão ser substituídos independente de análise prévia e aprova o da SEEC.

- 5.10. Caberá exclusivamente aos Agentes Culturais a responsabilidade pela legalidade da utiliza o e reprodu o dos elementos artísticos discriminados nos respectivos projetos, atendendo em especial às disposi es da Lei Federal n.  9.610/1998, pertinente aos “direitos de

autor”, isentando o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Cultura de qualquer  nus nesse sentido.

- 5.11. Os projetos deverão ser concluídos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publica o do Termo de Execu o Cultural, sendo que não haverá, em hipótese alguma, autoriza o individual de prorroga o de prazo para a conclusão do projeto.
- 5.12. Para fins de Presta o de Contas, o Agente Cultural deverá observar os procedimentos estabelecidos no Anexo VII.
- 5.13. Respeitando o orçamento global inicialmente proposto, os projetos poderão sofrer remanejamento orçamentário em até 20% (vinte por cento) do valor previsto inicialmente para cada rubrica, sem prévia aprova o da SEEC.
- 5.14. A regra descrita no item 5.14 não se aplica aos seguintes casos:
  - 5.14.1. No caso de haver altera o( es) no(s) valor(es) de pagamento da remunera o( es) do(s) profissional(is) relacionado(s) na Ficha Técnica do projeto.
    - 5.14.1.1. No caso previsto no item 5.15.1, a solicita o deve ser acompanhada de justificativa detalhada e de carta de anuência assinada pelo profissional com o novo valor a ser remunerado.
  - 5.14.2. Caso o pedido de remanejamento seja superior ao percentual indicado no item 5.14, ou haja a inclusão ou exclusão de rubricas;
  - 5.14.3. No caso de solicita o do uso de rendimentos oriundos de aplica o financeira.
- 5.15. Recomenda-se a prioriza o da contrata o de profissionais que sejam residentes no Estado do Paraná.

## **6. DA CONTRAPARTIDA SOCIAL**

6.1. Os Agentes Culturais destinatários dos recursos previstos na Lei Complementar n.º 195/2022 deverão oferecer contrapartida social, dentro do prazo e das condições acordadas com a SEEC, conforme disposições estabelecidas no Anexo V deste Edital.

## **7. DO PROCESSO SELETIVO**

7.1. O processo de seleção dos projetos inscritos neste Edital acontecerá seguindo as seguintes etapas:

- I – Inscrição;
- II – Análise Técnica e de Mérito Cultural;
- III – Publicação do resultado com notas;
- IV – Prazo de recurso da Análise Técnica e de Mérito;
- V – Publicação do resultado do recurso;
- VI – Seleção de Projetos;
- VII – Publicação da Seleção;
- VIII – Habilitação;
- IX – Publicação da Habilitação;
- X – Prazo de Recurso da Habilitação;
- XI – Resultado Final (relação de projetos contratados).

## **8. DA INSCRIÇÃO**

8.1. O período para inscrição de projetos neste Edital é de XXX de 2023 até às 23h59 de XXX de 2023<sup>2</sup> (horário oficial de Brasília, GMT-3), devendo ser respeitados os procedimentos estabelecidos por este Edital.

8.2. Todo processo de Inscrição, Análise Técnica e de Mérito, recursos, Habilitação, acompanhamento dos projetos e prestação de contas se

---

<sup>2</sup> O Edital ficará aberto pelo período de 30 dias corridos.

dará, exclusivamente, por meio digital, através do sistema SIC.Cultura no endereço [www.sic.cultura.pr.gov.br](http://www.sic.cultura.pr.gov.br).

- 8.2.1. Para participar deste Edital, o Agente Cultural deverá, obrigatoriamente, integrar o Cadastro de Agentes Culturais do Estado do Paraná, realizando seu cadastro no endereço [www.sic.cultura.pr.gov.br](http://www.sic.cultura.pr.gov.br).
- 8.2.2. Para que o projeto seja contemplado neste Edital, o Agente Cultural **Pessoa Jurídica** deverá, obrigatoriamente, integrar o Cadastro de Contratantes da Agência do Trabalhador da Cultura, preenchendo o formulário no endereço: [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfQ8H69Mi2rB\\_hVmDW9ltOfEVcSAicarPBjW6xsbPlxhsfk8Q/viewform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfQ8H69Mi2rB_hVmDW9ltOfEVcSAicarPBjW6xsbPlxhsfk8Q/viewform).
- 8.2.3. O uso do login e senha   pessoal e intransferível, cabendo exclusivamente ao usuário a correta utiliza o de seu email, senha e cadastro no Sistema.
- 8.2.4. Conforme determina o da Lei Geral de Prote o de Dados (Lei Federal n.  13.709/2018), a inscri o e a participa o no certame implicará no tratamento de seus dados pessoais. A finalidade do tratamento dos dados pessoais listados abaixo está correlacionada   organiza o e   execu o deste Edital de Chamamento Público.
- 8.2.5. O nome, o CNPJ, o endereço, contatos telef nicos e o e-mail do Agente Cultural deverão ser, obrigatoriamente, os mesmos discriminados no cadastro do Agente Cultural.
- 8.2.6. No caso de Pessoa Jurídica,   incumbência do representante legal da empresa realizar a inscri o no sistema SIC.Cultura. Essa inscri o deve ser feita por meio do registro do Agente Cultural vinculado   respectiva Pessoa Jurídica.

- 8.2.6.1. Para fins da inscri o de projetos de Pessoa Jurídica, além do(s) representante(s) legal(is), deverá estar relacionado o quadro societário (sócios, diretores, administradores e outros), obrigatoriamente, no Sistema de Informa es Culturais – Agentes Culturais, localizado no módulo “Meus Dados”, aba “Sócios”.
- 8.2.6.2. Para fins de verifica o na fase de habilita o dos projetos, serão considerados como representantes legais de Pessoas Jurídicas de Direito Privado sem fins lucrativos (ONG, Associa o, Instituto, Sociedade, Funda o etc.) apenas a figura do Presidente e Vice-Presidente ou cargos correlatos, devendo, obrigatoriamente, estarem relacionados como sócio da Pessoa Jurídica no Sistema de Informa es Culturais – Agentes Culturais, localizado no módulo “Meus Dados”, aba “Sócios”.
- 8.3. O formulário de inscri o e demais documentos necessários serão disponibilizados pela SEEC, no endereço [www.cultura.pr.gov.br](http://www.cultura.pr.gov.br), bem como dentro do sistema SIC.Cultura.
- 8.4. O Agente Cultural deverá fazer o preenchimento completo do formulário/abas, anexando documentos e demais conteúdos exigidos pelo Edital.
- 8.5. O Agente Cultural deverá anexar os documentos obrigatórios correspondentes ao Anexo II, que compõem Análise Técnica e de Mérito a ser realizada pelas comissões técnicas de pareceristas da área artístico-cultural do Audiovisual e/ou Patrim nio, e ao Anexo III, que serão analisados na terceira etapa do processo, denominada de Habilita o, a ser realizada pela SEEC.

- 8.5.1. **A não anexação, durante a fase de Inscrição, de documentos e informações obrigatórios para a fase de Análise Técnica e de Mérito, conforme especificado no Anexo II, resultará na impossibilidade de avaliação do projeto e acarretará na sua desclassificação.**
- 8.6. Toda a documentação deverá ser digitalizada de forma legível e, quando for o caso, frente e verso, devendo ser observado o seu prazo de validade no momento da inscrição.
- 8.7. Os documentos e conteúdos anexados deverão respeitar as especificações técnicas exigidas pelo sistema SIC.Cultura e por este Edital e seus anexos.
- 8.8. É reservado à SEEC o direito de exigir, em qualquer momento, a apresentação do(s) documento(s) original(is).
- 8.9. O ato de inscrição dos projetos implica na aceitação do estipulado neste Edital, seus anexos e nas demais normas que o integram.
- 8.10. Cada Agente Cultural poderá inscrever até dois projetos por meio de seu CNPJ neste Edital, considerando todas as áreas previstas no item 3.1, do Anexo I. Contudo, somente será possível a aprovação de, no máximo, um projeto por área, dentro do limite global de dois projetos para todo o Edital.
- 8.11. A Comissão de Seleção observará na seleção/distribuição dos projetos se o Agente Cultural possui projetos contemplados em outra área ou Edital com recursos da Lei Complementar 195/2022, como forma de melhor realizar a distribuição de recursos.

## **9. ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO**

- 9.1. A etapa de Análise Técnica e de Mérito possui caráter eliminatório.
- 9.2. Entende-se por "Análise Técnica e de Mérito" a identificao do contexto social e de aspectos técnicos relevantes dos projetos

concorrentes em uma mesma área, realizada por meio da atribui o fundamentada de notas aos critérios descritos neste Edital.

- 9.2.1. A análise será realizada por uma Comissão de Análise Técnica e de Mérito formada por 5 (cinco) pareceristas externos da área artístico-cultural do Audiovisual e/ou Patrim nio, selecionados e contratados por Edital.
  - 9.2.2. Cada parecerista que compõe a Comissão de Análise Técnica e de Mérito receberá e avaliar  individualmente os conteúdos dos projetos, de acordo com os critérios e parâmetros estabelecidos neste Edital e do Anexo II, pontuando cada projeto e emitindo parecer técnico.
  - 9.2.3. Nesta etapa, serão classificados os projetos que atinjam na sua pontua o final o mínimo de 56 (cinquenta e seis) pontos do total de pontos possíveis na soma dos critérios de análise técnica e de mérito, considerando os pontos extras ofertados para fins de indu o de nota apenas para os projetos enquadrados nas situa es indicadas no item 1.3.3 deste Edital.
  - 9.2.4. A pontua o final será a soma das notas atribuídas pelos 05 (cinco) pareceristas da Comissão de Análise Técnica e de Mérito, sendo descartadas a maior e a menor nota, resultando na m dia da soma das 03 (três) notas intermediárias.
  - 9.2.5. O parecerista deverá se declarar impedido de realizar análise técnica e de mérito do projeto escrito por: cônjuge e/ou companheiro, bem como os parentes por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau.
  - 9.2.6. Contra a decisão da fase de mérito, caberá recurso destinado   Comissão de Análise Técnica e de Mérito.
- 9.3. Os recursos de que tratam o item 9.2.6 deverão ser apresentados no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publica o do resultado,

considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior   publicac o.

- 9.4. Os pedidos de recursos deverão ser objetivamente fundamentados e enviados unicamente através do sistema SIC.Cultura. Não serão aceitos e analisados recursos enviados fora do prazo estipulado, bem como aqueles enviados por outros canais que não o sistema supracitado.
- 9.5. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito será publicado no Diário Oficial e no site oficial da SEEC: [www.cultura.pr.gov.br](http://www.cultura.pr.gov.br).
- 9.6. Os projetos que atenderem todas as exigências e atingirem a pontua o mínima de 56 (cinquenta e seis) pontos serão considerados classificados e encaminhados para a etapa de Sele o.

## **10. DOS CRITÉRIOS PARA A PONTUA O DE PROJETOS**

- 10.1. Os critérios de pontua o adotados pela Comissão de Análise Técnica e de Mérito dos projetos observarão os parâmetros descritos a seguir:
  - a) Relevância, mérito e clareza do projeto – até 20 (vinte) pontos;
  - b) Potencialidade de impacto cultural e na forma o de público: – até 20 (vinte) pontos;
  - c) Acesso da popula o aos bens e serviços culturais e medidas de acessibilidade nas contrapartidas sociais – até 15 (quinze) pontos;
  - d) Potencialidade de impacto no desenvolvimento cultural das contrapartidas e o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – até 10 (dez) pontos;
  - e) Adequa o orçamentária e viabilidade de execu o do projeto – até 15 (quinze) pontos;
- 10.2. Além da pontua o acima, o projeto poderá receber indu o de nota,

ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios especificados abaixo:

- 10.2.1. Projetos submetidos por Agente Pessoa Jurídica mediante análise da composição de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quadro societário que integre um ou mais dos grupos sociais elencados no item 2.2 do Anexo VI deste Edital – 10 pontos;
- 10.2.2. Projetos cuja contrapartida social seja direcionada aos grupos indicados no item 3.2 do Anexo V deste Edital – 10 pontos.
- 10.3. No âmbito da Análise Técnica e de Mérito não poderá haver empate na pontuação final concedida aos projetos.
  - 10.3.1. O desempate será feito mediante observação da aplicabilidade das políticas afirmativas no projeto, respeitada a previsão do Anexo I.
  - 10.3.2. Caso persista o empate, será feita a comparação, em escala decrescente de pontuação, considerando respectivamente a ordem dos critérios descritos no item 10.1.
  - 10.3.3. Em caso de igualdade de notas, será utilizado como critério de desempate o projeto de menor valor orçamentário.
- 10.4. Em último caso, caso ainda haja empate, a Comissão de Seleção efetuará o sorteio para a definição do resultado.

## **11. DA DESCLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS**

- 11.1. Resultarão na desclassificação ou inabilitação do projeto inscrito neste Edital, em qualquer uma das fases, as situações a seguir mencionadas:
  - 11.1.1. Apresentação de projeto por Agente Cultural impedido ou que se constate irregularidade ou inconsistência nas informações prestadas, conforme disposto na Lei Complementar n.º

- 195/2022, nos Decretos Federais 11.453/2023 e 11.525/2023, no Decreto Estadual n.º XX/2023, bem como neste Edital;
- 11.1.2. Apresenta o de projeto que não atenda integralmente às regras deste Edital;
- 11.1.3. Obten o de pontua o final inferior a 56 (cinquenta e seis) pontos, na soma dos critérios de Análise Técnica e de Mérito;
- 11.1.4. Que 01 (um) ou mais técnicos ou pareceristas das comissões indicadas constate que o projeto proposto não atende às características da área na qual foi inscrito, conforme disposto no item 3.1 do Anexo I deste Edital;
- 11.1.5. Que apresentem caráter sectário, discriminatório ou que atentem contra as institui es públicas,   dignidade e aos direitos humanos, conforme previsto no Art. 18,  2.º do Decreto Federal 11.453/23.
- 11.2. Os projetos classificados e desclassificados serão relacionados em listagem a ser divulgada na mesma data do resultado em [www.cultura.pr.gov.br](http://www.cultura.pr.gov.br), e no sistema SIC.Cultura.
- 11.3. Em caso de constata o de inveracidade das informa es prestadas nos campos preenchidos no projeto ou identifica o de irregularidade em documentos anexados relacionados a qualquer item deste Edital, reserva-se   SEEC o direito, a qualquer tempo, de excluir o Agente Cultural da participa o neste Edital, assim como anular a classifica o na Análise Técnica e de Mérito.

## **12. SELE O DOS PROJETOS PELA COMISSÃO DE SELE O**

- 12.1. A etapa de sele o dos projetos será realizada pela Comissão de Sele o, que receberá a rela o de projetos classificados, com nota igual ou superior a 56 (cinquenta e seis) pontos, em ordem

decrésciente de pontuação, bem como os pareceres da Comissão de Análise Técnica e de Mérito.

- 12.2. Na etapa de Sele o dos projetos pela Comissão de Sele o, além da pontua o obtida na fase de Análise Técnica e de Mérito, serão observadas todas as diretrizes indicadas no Anexo I e no item 1.3 deste Edital, bem como o limite de recursos a ele destinados.
- 12.3. Na fase de Sele o de projetos pela Comissão de Sele o, determinados gastos e rubricas poderão ser glosados do orçamento proposto (exclusão ou redu o de valores), para fins de adequa o ao limite de recursos deste Edital, não cabendo recurso por parte do Agente Cultural.
  - 12.3.1. Caso o projeto tenha rubricas glosadas do orçamento, o Agente Cultural será notificado por meio de diligência no sistema SIC.Cultura para que se manifeste quanto ao desejo de continuidade de realiza o do projeto.
- 12.4. O resultado desta etapa será indicado na página de editais e projetos do sistema SIC.Cultura do Agente Cultural, no campo “Situa o”, bem como será publicado no Diário Oficial do Estado e disponibilizado em [www.cultura.pr.gov.br](http://www.cultura.pr.gov.br).
- 12.5. Somente serão convocados a anexar os documentos da contrata o no sistema SIC.Cultura, localizado na aba “Contrata o”, os projetos aprovados no processo de Análise Técnica e de Mérito e selecionados pela Comissão de Sele o na distribui o dos recursos.
- 12.6. As comissões de Análise Técnica e de Mérito, de Sele o e de Habilita o reservam-se o direito de realizar, a qualquer momento, por si ou através de assessoria técnica, diligências, no sentido de verificar a consistência dos dados informados pelos Agentes Culturais.

### **13. DA HABILITA O**

- 13.1. Os projetos selecionados pela Comissão de Seleção serão submetidos à análise documental denominada de Habilitação.
- 13.2. A Habilitação será realizada por Comissão designada por ato da Secretária de Estado da Cultura e consistirá na verificação da documentação exigida no Anexo III deste Edital.
- 13.3. **Não serão habilitados os projetos que:**
  - 13.3.1. Tenham ultrapassado o limite de inscrição de projetos por CNPJ, estabelecido no item 8.11<sup>3</sup> deste Edital;
  - 13.3.2. Não tenham relacionado o quadro societário do Agente Cultural pessoa jurídica (sócios, diretores, administradores e outros) no Sistema de Informações Culturais – Agentes Culturais, localizado no módulo “Meus Dados”, aba “Sócios”;
  - 13.3.3. Tenham deixado de anexar a documentação obrigatória solicitada no Anexo III e a documentação específica referente às áreas pretendidas, observando o limite do sistema para o envio de arquivos com até 10MB, bem como se atentando ao formato de arquivo solicitado para cada categoria de documento, referente ao Anexo II.
    - 13.3.3.1. Tenham deixado de enviar senha de acesso, no caso de envio de link para acesso a documento em armazenamento externo.
  - 13.3.4. Não tenham realizado o preenchimento das abas do projeto ou tenham realizado o preenchimento incompleto de uma ou mais abas (Identificação; Categorias; Apresentação; Objetivos; Justificativa; Ficha Técnica/Currículo; Democratização de Acesso/Contrapartida Social; Etapas de

---

<sup>3</sup> Cada Agente Cultural poderá inscrever até dois projetos por meio de seu CNPJ neste Edital, considerando todas as categorias e áreas previstas no item 3.1, do Anexo I. Contudo, somente será possível a aprovação de, no máximo, um projeto por área, dentro do limite global de dois projetos para todo o Edital.

Trabalho; Plano de Realiza o do Projeto; Orçamento detalhado do Projeto; e os anexos da aba Documentos e Informa es a serem anexadas);

- 13.3.5. Não será obrigatório o preenchimento das abas “Outras Fontes de Financiamento; Plano Básico de Divulga o; Plano Básico de Distribui o e Público Alvo do Projeto”.
- 13.4. O resultado desta etapa será indicado na página de editais e projetos do sistema SIC.Cultura do Agente Cultural, no campo “Situa o”, bem como será publicado no Diário Oficial do Estado e disponibilizado em [www.cultura.pr.gov.br](http://www.cultura.pr.gov.br).
- 13.5. Os projetos de Agentes Culturais inabilitados poderão apresentar recurso dirigido   Secretária de Estado da Cultura, num prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publica o do resultado desta etapa.
- 13.6. A SEEC terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para análise dos recursos, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias.
- 13.7. Após análise dos recursos referentes   Habilita o, a SEEC publicará o resultado no Diário Oficial do Estado e o disponibilizará em [www.cultura.pr.gov.br](http://www.cultura.pr.gov.br) e no sistema SIC.Cultura.
- 13.8. A publica o indicará apenas o resultado da delibera o acerca dos recursos, listando-os como DEFERIDOS ou INDEFERIDOS. O detalhamento da decisão constará no projeto, dentro do sistema SIC.Cultura.

#### **14. DO RESULTADO FINAL E DOS RECURSOS**

- 14.1. Seguindo a ordem dos projetos selecionados pela Comissão de Sele o, com base na pontua o obtida na fase de Mérito, bem como nos critérios gerais que norteiam este Edital e no limite de recursos destinados, a Secretaria de Estado da Cultura homologará o resultado final.

- 14.2. Caberá   Secretaria de Estado da Cultura a contrata o dos projetos selecionados e homologados, por meio de Termo de Execu o Cultural, realizando a checagem e observância das condi es de participa o, das informa es, documenta es exigidas e a adimplência e regularidade dos Agentes Culturais homologados, conforme estabelecidos no Anexo III.
- 14.3. Serão inabilitados aqueles(as) Agentes Culturais que no ato da habilita o do projeto não cumprirem com a documenta o obrigatória indicada neste Edital, que seja aferido o descumprimento das regras deste Edital, ou que não cumpra com os prazos estabelecidos para a entrega e preenchimento formal dos campos de contrata o no sistema SIC.Cultura.
- 14.4. Caberá recurso do resultado final dirigido   Secretária de Estado da Cultura, num prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publica o do resultado desta etapa.
- 14.5. A SEEC terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para análise dos recursos, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias.
- 14.6. A interposi o de recurso, consoante o previsto nos itens anteriores, terá efeito suspensivo em rela o ao resultado anteriormente publicado.
- 14.7. Os pedidos de recursos deverão ser objetivamente fundamentados e enviados unicamente através do sistema SIC.Cultura. Não serão aceitos e analisados recursos enviados fora do prazo estipulado, bem como aqueles enviados por outros canais que não o sistema supracitado.
- 14.8. O deferimento dos recursos não produz direito adquirido   classifica o ou aprova o, visto que tal situa o depende da pontua o final obtida nos projetos e da delibera o da Comissão de Sele o.

- 14.9. Caso o deferimento dos recursos decorra da classifica o e/ou aprova o de projeto anteriormente desclassificado ou não aprovado, serão procedidas publica oes adicionais ao resultado retificando o seu conteúdo.
- 14.10. Após a conclusão, em caráter definitivo, acerca de todos os recursos, será publicado o resultado final deste Edital, no Diário Oficial do Estado do Paraná e disponibilizado em [www.cultura.pr.gov.br](http://www.cultura.pr.gov.br), e no sistema SIC.Cultura.

## **15. DA PRESTA O DE CONTAS**

- 15.1. Todos os projetos aprovados neste Edital deverão realizar a presta o de contas dos recursos recebidos, conforme Art. 29 e seguintes, do Decreto Federal n.  11.453/2023, devendo ser observado, ainda, o disposto no Anexo VII deste Edital.
- 15.2. A fim de garantir maior segurança e transparência,   recomendado que o Agente Cultural responsável pela execu o do projeto faça o *upload* de todas as notas fiscais e demais documenta oes relacionadas   presta o de contas no sistema SIC.Cultura, independente da modalidade de presta o de contas utilizada.
- 15.3. A documenta o relativa   execu o do objeto e da parte financeira deve ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do fim da vigência do instrumento.

## **16. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO**

- 16.1. A Comissão de Credenciamento será a gestora do presente credenciamento, que indicará os responsáveis pelo(a) acompanhamento/supervisão do fiel cumprimento do objeto deste Edital, e adotará todas as providências cabíveis e necessárias para a manuten o da regulariza o na presta o dos serviços credenciados.

## **17. ACESSIBILIDADE**

17.1. Seguindo o disposto no Art. 15 do Decreto n.º 11.453/2023 e no Capítulo VIII do Decreto n.º 11.525/2023, o processo de inscrico nos editais oferecer medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional, compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, como:

17.1.1. Apresentaco oral ou na língua de sinais como método de inscrico, reduzida a termo escrito pelo órgão responsável pelo chamamento público;

17.1.2. Oferecimento de recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos editais e para o ato de inscrico.

17.1.2.1. Serão considerados recursos de acessibilidade comunicacional:

I – a Língua Brasileira de Sinais – Libras;

II – o sistema Braille;

III – o sistema de sinalizaco ou comunicaco tátil;

IV – a audiodescrico;

V – as legendas;

VI – a linguagem simples.

17.2. Conforme disposto no Art. 15 do Decreto 11.525/2023, os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade estarão previstos nos custos do projeto, assegurados, para essa finalidade, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do projeto, desde que compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto.

## **18. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUCO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS**

- 18.1. Finalizada a fase de Habilita o, o Agente Cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execu o Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletr nica.
- 18.2. O Termo de Execu o Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo Agente Cultural selecionado neste Edital conforme o modelo previsto no Anexo IV.
- 18.3. Após a assinatura do Termo de Execu o Cultural, o Agente Cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas até XX dias após a homologa o do resultado final.
- 18.4. A assinatura do Termo de Execu o Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados   existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a sele o como expectativa de direito do Agente Cultural (proponente).
- 18.5. O Agente Cultural deve assinar o Termo de Execu o Cultural até XX dias sob pena de perda do apoio financeiro e convoca o do suplente para assumir sua vaga.

## **19. DISPOSI OES GERAIS**

- 19.1. O Agente Cultural somente poderá ser contemplado em, no máximo, 02 (dois) editais com recursos provenientes da Lei Complementar n.  195/2022.
- 19.2. Todas as informa es prestadas na apresenta o do projeto estarão sujeitas   comprova o.
- 19.3. Para fins de verifica o, serão considerados como o mesmo Agente Cultural a Pessoa Física e a Pessoa Jurídica, quando seus proprietários, sócios, diretores ou representantes legais tiverem projetos inscritos em seu nome como Pessoa Física.
- 19.4. Serão de responsabilidade do Agente Cultural:

- 19.4.1. Todas as despesas decorrentes de sua participação no programa;
- 19.4.2. A execução do projeto está condicionada às devidas liberações exigidas pela atual legislação no que tange a certidões, licenças e outros documentos pertinentes à execução do objeto, sendo de responsabilidade do Agente Cultural;
- 19.4.3. A veracidade das informações e dos documentos apresentados, bem como sua comprovação, quando solicitada;
- 19.4.4. A guarda de cópia do projeto, dos documentos e de todos os anexos;
- 19.4.5. O gerenciamento de sua conta dentro do sistema SIC.Cultura e do e-mail indicado, bem como filtros, anti-spam etc., que impeçam o recebimento de e-mails enviados pela SEEC e/ou pelo sistema SIC.Cultura.
- 19.4.6. Constitui ônus dos Agentes Culturais a obtenção das liberações necessárias junto aos órgãos competentes, como: Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões (SATED), Sindicato da Indústria do Audiovisual do Paraná (SIAPAR), Associação de Vídeo e Cinema do Paraná (AVEC), Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Associação Brasileira de Música e Artes (ABRAMUS), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual (SINDCINE) e outros órgãos; assim como autorização(ões) do(s) autor(es) e outros, conforme especificidade do projeto.

- 19.4.7. Considerando que a apresenta o dos projetos se d  em ambiente virtual,   de responsabilidade do Agente Cultural, a partir da inscri o, acompanhar todas as fases do projeto, com seu login e senha no sistema SIC.Cultura, devendo as publica es serem acompanhadas também no site da SEEC, no endereço [www.cultura.pr.gov.br](http://www.cultura.pr.gov.br).
- 19.4.8. O Agente Cultural   responsável, durante o período de avalia o do projeto até o seu resultado final, por manter ativos e acessíveis os links de acesso indicados, sob pena de não o fazendo estar sujeito   desclassifica o ou inabilita o.
- 19.4.9. Os Agentes Culturais são os únicos responsáveis pelo ônus decorrente da apresenta o de projetos incompletos, campos não preenchidos, falta de documenta o e informa o obrigatória ou outra falha que implique na não inscri o ou inabilita o do projeto
- 19.4.10.   de responsabilidade do Agente Cultural Pessoa Jurídica o recolhimento dos impostos devidos, no caso de contrata o de Pessoa Física, para todos editais publicados por meio da Lei complementar n.  195/2022.
- 19.5. A Secretaria de Estado da Cultura, quando por motivos de ordem técnica que não lhe forem imputáveis, não se responsabiliza pelo cadastro de Agente Cultural ou projeto não efetuado, e no ato da inscri o, por falhas ou congestionamento de linhas de comunica o, indisponibilidade de internet ou por interrup o de conexão que não detenha controle direto ou indireto bem como informa o perdida, incompleta, inválida ou corrompida, problema de ordem técnica no computador, rede, hardware utilizado pelo usuário ou outros fatores que impossibilitem o acesso ao projeto, o envio da inscri o do

- projeto, e que impossibilitem a transferência de dados ou acesso aos arquivos disponíveis no sistema SIC.Cultura.
- 19.6. A Secretaria de Estado da Cultura não se responsabiliza pela impossibilidade de acesso a projeto cadastrado a partir de *software* e/ou dispositivo diverso daquele recomendado por ela no sistema SIC.Cultura.
- 19.7. A SEEC, havendo razões superiores que justifiquem, poderá revogar este Edital a qualquer momento, sem que tal fato permita alega o de prejuízo aos interessados ou a terceiros, sob qualquer fundamento de direito.
- 19.8. Esclarecimentos sobre este Edital serão prestados pela SEEC através do e-mail [leipaulogustavo@seec.pr.gov.br](mailto:leipaulogustavo@seec.pr.gov.br).
- 19.9. Será disponibilizado um canal de comunica o com a SEEC, através do e-mail [leipaulogustavo@seec.pr.gov.br](mailto:leipaulogustavo@seec.pr.gov.br), para sanar quaisquer d vidas que surgirem durante o processo, onde serão respondidas apenas as questões enviadas em até 48 (quarenta e oito) horas úteis antes do encerramento das inscri es.
- 19.10. A SEEC poderá deliberar sobre casos específicos, mediante solicita o do Agente Cultural e apresenta o de justificativa detalhada.
- 19.11. Os casos omissos serão resolvidos pela SEEC.

Curitiba, XX de XXXXXXXX de 2023.

**LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA**

Secretária de Estado da Cultura

## CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023

### EDITAL DE APOIO A REFORMAS, RESTAUROS, MANUTEN O E FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA

#### MINUTA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023

#### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade subsidiar, com elementos técnicos, o apoio a projetos de reforma, restauro, manuten o e funcionamento de salas de cinema, com base na Lei Complementar n.º 195/2022, no Decreto Federal n.º 11.453/2023, no Decreto Federal n.º 11.525/2023, e no Decreto Estadual n.º XX/2023<sup>1</sup> com o objetivo de assegurar, dentro das normas estabelecidas, o fortalecimento de políticas públicas de acesso ao audiovisual e a valoriza o, prote o e promo o do patrim nio e da produ o artístico-cultural no Estado do Paraná, concretizando o seu compromisso com a diversidade e o pluralismo cultural, na democratiza o do acesso   cultura e na amplia o do circuito exibidor por todo o Estado do Paraná, observando os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência e demais normas e condi oes do Edital de Chamamento n.º 00X/2023.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA

---

<sup>1</sup> Tanto o Decreto Estadual quanto a Resolu o encontram-se, neste momento, em trâmite.  
SEEC | Rua  bano Pereira, 240 Centro | 80410-240 | Curitiba | Paraná | Brasil | [41] 3321 4700 |

- 2.1. A Secretaria de Estado da Cultura – SEEC é responsável pela execução de ações, programas e projetos de promoção e valorização da Cultura no Estado do Paraná. Sua atuação visa fomentar atividades culturais afirmativas que promovam a cidadania cultural, a acessibilidade às atividades artísticas, a diversidade cultural, a democratização do acesso à cultura e a formação de públicos.
- 2.2. Compete à Secretaria de Estado da Cultura a formulação, o planejamento e a implementação das políticas públicas estaduais para a área da cultura, com ênfase na busca pela qualidade de vida e no desenvolvimento humano.
- 2.3. A gestão pública desempenha um papel fundamental no fomento do desenvolvimento cultural e econômico do país, por meio de políticas e ações que incentivem a produção cultural e a geração de empregos.
- 2.4. A SEEC empreende um esforço contínuo para garantir aos cidadãos paranaenses o pleno exercício dos direitos culturais, incluindo a liberdade de criação, expressão e produção intelectual e artística, o acesso às fontes e formas de expressão cultural, além do estímulo à formação cultural e ao desenvolvimento da criatividade.
- 2.5. Em 23 de março de 2023, foi promulgado o Decreto Federal n.º 11.453, que estabelece os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, com o objetivo de implementar recursos para as políticas públicas culturais.
- 2.6. A Secretaria de Estado da Cultura reconhece que, para alcançar todos os objetivos previstos na Lei Complementar n.º 195/2022, nos Decretos Federais n.º 11.453 e n.º 11.525 de 2023, bem como no Plano Estadual de Cultura, é essencial adotar medidas adequadas em termos de qualidade e quantidade para impulsionar o desenvolvimento do setor cultural.
- 2.7. O fomento ao circuito exibidor se mostra fundamental, uma vez que a indústria cinematográfica e audiovisual desempenha um papel relevante na disseminação da cultura, promovendo a expressão artística, a diversidade cultural e o fortalecimento da identidade paranaense.

- 2.8. Este Edital compreende as categorias de apoio ligadas a reformas, restauros, manutenção e funcionamento de salas de cinema, incentivando o aprimoramento de espaços de exibição de filmes, a ampliação do repertório cultural da população paranaense e a formação de público.

### **3. DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS**

- 3.1. Os projetos apresentados deverão ser enquadrados na área abaixo:

<b>ÁREA 1</b>	<b>PROJETOS DE REFORMAS DE SALAS DE CINEMA NO PARANÁ DE ATÉ R\$ 1.300.00,00 (UM MILHÃO E TREZENTOS MIL REAIS)</b>
<b>ÁREA 2</b>	<b>PROJETOS DE RESTAUROS DE SALAS DE CINEMA NO PARANÁ DE ATÉ R\$ 1.500.00,00 (UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL REAIS)</b>
<b>ÁREA 3</b>	<b>PROJETOS DE MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA NO PARANÁ DE ATÉ R\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS)</b>

- 3.2. Conforme estabelecido no Art. 16, § 1.º, Inciso IV do Decreto Federal n.º 11.525/2023, todas as categorias contemplarão uma reserva de vagas de 20% (vinte por cento) para projetos e ações apresentados por pessoas negras, bem como uma reserva de vagas de 10% (dez por cento) para projetos e ações propostos por pessoas indígenas.
- 3.3. Será aplicada indução de nota aos projetos submetidos por Agente Cultural Pessoa Jurídica mediante análise da composição de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quadro societário que integre um ou mais dos grupos sociais elencados no item 2.2 do Anexo VI deste Edital, como forma de incentivar a participação e valorizar a contribuição desses grupos.
- 3.4. No mínimo 50% (cinquenta por cento) do montante total dos recursos disponibilizados para este concurso serão destinados a projetos de Agentes Culturais que tenham sede (Pessoa Jurídica) em município do

Estado do Paraná que não seja a Capital e atuação artística, prioritariamente, fora da Capital.

- 3.5. Não havendo demanda suficiente para atender à divisão citada no item 3.5, os valores poderão ser remanejados para contemplar projetos classificados de Agentes Culturais residentes ou sediados na Capital.
- 3.6. Cabe à Comissão de Seleção realizar a distribuição do montante total dos recursos disponibilizados neste Edital e aprovar a lista dos projetos contemplados em cada uma das categorias.

#### 4. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1. Para fins deste Termo de Referência, entende-se por:

- 4.1.1. **Salas de cinema:** recintos destinados, ainda que não exclusivamente, ao serviço de exibição aberta ao público regular de obras audiovisuais para fruição coletiva, admitida a possibilidade de ampliação da vocação de outro espaço cultural já existente;
- 4.1.2. **Reforma:** pinturas, reparos elétricos, hidráulicos, troca de revestimentos, forros, construção de paredes internas, entre outros, em edificações existentes, que não impliquem em ampliações ou supressões de área, modificações na estrutura ou no número de pavimentos, alterações na configuração do perímetro externo do uso aprovado e modificação da forma do bem em planta.
- 4.1.3. **Restauro:** conjunto de operações e atividades destinadas a restabelecer a integridade física e estética do bem cultural, a partir do reconhecimento dos aspectos simbólicos que o valoram e a necessidade de garantir a legibilidade desses aspectos, considerando os traços da passagem do tempo.
- 4.1.4. **Manutenção e funcionamento:** conjunto de operações destinadas a garantir, principalmente, condições de uso e bom funcionamento da unidade; aquisição, troca ou manutenção de

equipamentos como projetores, telas, sistemas de som, mobiliários entre outros.

- 4.1.5. **Salas de cinema:** recintos destinados, ainda que não exclusivamente, ao serviço de exibição aberta ao público regular de obras audiovisuais para fruição coletiva, admitida a possibilidade de ampliação da vocação de outro espaço cultural já existente
- 4.1.6. **Diário de obra:** documento produzido pelo responsável técnico da obra, contendo informações diárias sobre a obra, como: dados do empreendimento, de seu proprietário, do responsável técnico e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica/ Registro de Responsabilidade Técnica (quando cabível); as datas de início e de previsão da conclusão da obra ou serviço; as datas de início e de conclusão de cada etapa programada; a posição física do empreendimento no dia de cada visita técnica; orientação de execução, mediante a determinação de providências relevantes para o cumprimento dos projetos e especificações; nomes de empreiteiras ou subempreiteiras, caracterizando as atividades e seus encargos, com as datas de início e conclusão, e números das ARTs/RRTs respectivas; acidentes e danos materiais ocorridos durante os trabalhos; os períodos de interrupção dos trabalhos e seus motivos, quer de caráter financeiro ou meteorológico, quer por falhas em serviços de terceiros não sujeitas à ingerência do responsável técnico; outros fatos e observações que, a juízo ou conveniência do responsável técnico pelo empreendimento, devam ser registrados; demais informações pertinentes ao objeto.
- 4.1.7. **Atestado de conclusão de obra/serviço:** documento que comprove a conclusão da obra. Devendo conter as seguintes informações: se emitido por pessoa jurídica, deve constar sua razão social e CNPJ, bem como o nome, cargo/função e assinatura do representante legal da pessoa jurídica, em papel timbrado da pessoa jurídica ou contendo seu carimbo de CNPJ;

se emitido por pessoa física, deve constar nome, CPF e assinatura do emitente; completa identificação da obra/serviço, constando todos os Serviços e Atividades Técnicas desenvolvidas na execução do contrato com seus respectivos quantitativos; localização da obra/serviço; período de execução efetiva da obra/serviço com data de início e término; identificação completa da empresa executora (quando houver); identificação completa do(s) responsável(is) técnico(s); descrição da(s) atividade(s) executada(s) pelo(s) profissional(ais) e seu(s) respectivo(s) quantitativo(s); local e data da expedição do documento.

4.1.8. **Anotação de responsabilidade técnica:** documento que comprova que projetos, obras ou serviços técnicos de profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea possuem um responsável devidamente habilitado e com situação regular perante o Conselho para realizar tais atividades.

4.1.9. **Registro de responsabilidade técnica:** documento que comprova que projetos, obras ou serviços técnicos de Arquitetura e Urbanismo possuem um responsável devidamente habilitado e com situação regular perante o Conselho para realizar tais atividades.

## 5. DA ENTREGA DO OBJETO

5.1. A entrega dos objetos referentes aos itens 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.4 deve ser realizada a partir de:

5.1.1. Apresentação de atestado de conclusão de obra/serviço, caso cabível;

5.1.2. Apresentação do Diário de Obra, produzido pelo Responsável Técnico da Obra, caso cabível;

5.1.3. Relatório detalhando os serviços realizados e os equipamentos adquiridos, trocados ou mantidos;

5.1.4. Vistoria de servidor indicado pela SEEC para atestar o cumprimento das obrigações acordadas.

## **6. DOS VALORES**

- 6.1. Será destinado aos projetos culturais selecionados por meio do presente Edital, o valor de R\$ 4.500.00,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).
- 6.2. A distribuição dos recursos será realizada levando-se em conta os critérios estabelecidos no Item 3, seguindo a ordem dos projetos a partir da nota obtida na Avaliação Técnica e de Mérito, iniciando da maior nota para a menor nota.
- 6.3. Na distribuição dos recursos, a Comissão de Seleção analisará a nota obtida na classificação e a compatibilidade financeira do projeto com a disponibilidade de recursos destinados a este Edital, sendo atendido, no mínimo, 1 (um) projeto por área.
  - 6.3.1. A Comissão de Seleção, responsável pela homologação dos projetos, reserva-se o direito de avaliar e deliberar sobre a aprovação de um valor menor que o previsto originalmente no orçamento do projeto. Essa decisão será pautada na análise da viabilidade financeira e orçamentária do projeto, considerando as diretrizes e critérios estabelecidos neste Edital.
- 6.4. Caso alguma das áreas previstas no Item 3.1 não alcance o número mínimo de projetos, por insuficiência de inscrições ou porque os Agentes Culturais não foram classificados, a SEEC poderá contemplar projetos classificados em outras áreas do Edital.
- 6.5. Após a seleção dos projetos, caso não haja contemplados suficientes para o total de recursos destinados a este Edital, a SEEC poderá remanejar os recursos remanescentes para outros editais realizados com recursos oriundos da Lei Complementar n.º 195/2022.
- 6.6. O valor citado no item 6.1 poderá ser suplementado com recursos da Lei Complementar n.º 195/2022 oriundos de remanejamento.

## **7. DEVOLUÇÃO DE VALORES**

- 7.1. Os recursos não utilizados deverão ser devolvidos, por meio de guia de recolhimento (GR-PR), à Conta Corrente n.º 14.227-1, agência

3793-1, Banco do Brasil, CNPJ 15.481.746/0001-31, em até 10 (dez) dias a contar do encerramento do prazo para a execução do objeto.

## **8. VIGÊNCIA**

- 8.1. A vigência deste instrumento será de 24 (vinte e quatro) meses a contar da publicação.

**CHAMAMENTO PÚBLICO N. 00X/2023**

**EDITAL DE APOIO A REFORMAS, RESTAUROS, MANUTENÇÃO E  
FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA**

**MINUTA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 00X/2023**

**ANEXO II – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE  
ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO A SEREM ANALISADOS PELA COMISSÃO  
TÉCNICA DE PARECERISTAS, CONFORME A ÁREA ESCOLHIDA**

<b>ÁREA 1: REFORMAS DE SALAS DE CINEMA NO PARANÁ</b>	
<b>Documentos e/ou informações obrigatórios</b>	
<b>1</b>	Plano de trabalho com detalhamento dos métodos selecionados para as etapas de trabalho respectivamente acompanhados de suas justificativas.
<b>2</b>	Memorial descritivo e especificações
<b>3</b>	Anteprojeto da obra, com respectiva assinatura de profissional capacitado.
<b>4</b>	Matrícula do imóvel objeto do projeto, atualizada com no máximo 90 (noventa) dias, a contar retroativamente da data da habilitação neste Edital.
<b>5</b>	Comprovação da posse e propriedade do imóvel ou carta de anuência do proprietário do espaço. <b>Para projetos de reformas de salas de cinema públicas:</b> carta de anuência do órgão ou entidade responsável pela gestão do espaço.
<b>6</b>	Currículos do Agente Cultural responsável pela inscrição e da equipe técnica do projeto.
<b>7</b>	<b>Caso aplicável:</b> autodeclaração dos sócios que compõem o quadro societário (PJ) do Agente Cultural, conforme disposto no Anexo VIII. Todas as autodeclarações deverão ser apresentadas em documento único em formato PDF.

**ÁREA 2: RESTAUROS DE SALAS DE CINEMA NO PARANÁ****Documentos e/ou informa es obrigatórios**

<b>1</b>	Plano de trabalho com detalhamento dos métodos selecionados para as etapas de trabalho respectivamente acompanhados de suas justificativas.
<b>2</b>	Memorial descritivo e especifica�es
<b>3</b>	Anteprojeto da obra, com respectiva assinatura de profissional capacitado
<b>4</b>	Matrícula do imóvel objeto do projeto, atualizada com no máximo 90 (noventa) dias, a contar retroativamente da data da habilita�o neste Edital.
<b>5</b>	Comprova�o da posse e propriedade do imóvel ou carta de anuência do proprietário do espaço. <b>Para projetos de restauro de salas de cinema públicas:</b> carta de anuência do �rgo ou entidade responsável pela gestão do espaço.
<b>6</b>	Currículos do Agente Cultural responsável pela inscri�o e da equipe técnica do projeto.
<b>7</b>	<b>Caso aplicável:</b> autodeclara�o dos sócios que compõem o quadro societário (PJ) do Agente Cultural, conforme disposto no Anexo VIII. Todas as autodeclara�es deverão ser apresentadas em documento único em formato PDF.

**ÁREA 3: MANUTEN O E FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA NO PARANÁ****Documentos e/ou informa es obrigatórios**

<b>1</b>	Plano de trabalho com detalhamento dos métodos selecionados para as etapas de trabalho respectivamente acompanhados de suas justificativas.
<b>2</b>	Matrícula do imóvel objeto do projeto, atualizada com no máximo 90 (noventa) dias, a contar retroativamente da data da habilita�o neste Edital.

<b>3</b>	Comprovao da posse e propriedade do imovel ou carta de anuencia do proprietário do espaço. <b>Para projetos de manuteno e funcionamento de salas de cinema publicas:</b> carta de anuencia do órgão ou entidade responsável pela gestão do espaço.
<b>4</b>	Currículos do Agente Cultural responsável pela inscrio e da equipe técnica do projeto.
<b>5</b>	<b>Caso aplicável:</b> autodeclarao dos socios que compõem o quadro societário (PJ) do Agente Cultural, conforme disposto no Anexo VIII. Todas as autodeclaraoes deverão ser apresentadas em documento único em formato PDF.

**CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023**

**EDITAL DE APOIO A REFORMAS, RESTAUROS, MANUTENÇÃO E  
FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA**

**MINUTA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023**

**ANEXO III – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE  
HABILITAÇÃO**

**1. Pessoa Jurídica (PJ)**

- 1.1. Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) válido.
- 1.2. Ato constitutivo da Pessoa Jurídica (contrato social, estatuto, ata), devidamente registrado, e suas alterações constando em seus objetivos e finalidades a realização de atividades culturais.
- 1.3. Ata da eleição da diretoria em exercício devidamente registrada, se couber.
- 1.4. Declaração de sede (conforme modelo disponibilizado no SIC.Cultura) acompanhada de comprovante de endereço em nome do agente cultural (certidão simplificada da Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, contrato de aluguel ou fatura de água, luz ou telefone).
- 1.5. Certidão de Regularidade (CRF) do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – podendo ser obtida no link: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> ou a partir do site: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)
- 1.6. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União podendo ser obtida no link: [https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Em itir](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Em%20itir) ou a partir do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

- 1.7. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda – podendo ser obtida no link: <http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica> ou a partir do site: [www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)
- 1.8. Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais, expedida pelo município-sede da empresa.
- 1.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – podendo ser obtida no link: <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces> ou a partir do site [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br)
- 1.10. Declarao de não impedimento de contratao com a Administrao Pública, de vedao ao nepotismo, de vedao de mão de obra de menores, de atendimento  política sustentável e de ciência de disponibilidade de dados pessoais.

## **2. Documentos do representante legal da Pessoa Jurídica (PJ)**

- 2.1. Carteira de Identidade ou outro documento oficial (CNH, Passaporte Brasileiro, CTPS, Carteira de Identidade do Indígena, DNI) contendo fotografia do representante legal da Pessoa Jurídica.
- 2.2. Cadastro de Pessoa Física – CPF do representante legal da Pessoa Jurídica.

**CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023**

**EDITAL DE APOIO A REFORMAS, RESTAUROS, MANUTEN O E  
FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA**

**MINUTA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023**

**ANEXO IV – TERMO DE EXECU O CULTURAL**

**TERMO E EXECU O CULTURAL N.º XXX**

**TERMO DE EXECU O CULTURAL  
– QUE CELEBRAM ENTRE SI O  
ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA  
CULTURA – SEEC, E XXXXXX, PARA  
OS FINS DE XXXX NOS TERMOS  
SEGUINTE:**

O Estado do Paraná, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – SEEC, CNPJ n.º 77.998.904/0001-82, com sede   Rua  bano Pereira, 240 – Centro – Curitiba/PR, CEP: 80410-240, doravante denominada **SEEC**, neste ato representada por sua Secretária, Luciana Casagrande Pereira Ferreira, nomeada pelo Decreto n.º 15/2023, inscrita no CPF sob o n.º 921.516.129-53, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.531.244-3, expedida pela SESP/PR, residente e domiciliada nesta Capital e a [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob n.º XXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXX, telefone: XXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXX neste ato representada por [NOME COMPLETO], CPF n.º XXXXXXXXXX, RG n.º XXXXXXXXXX, residente e domiciliado (a) em XXXXXXXXXX telefone: XXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXX,

doravante denominado(a) **Agente Cultural**, RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE EXECU O CULTURAL, que passa a ser regido pelas seguintes cláusulas:

## 1. DA FUNDAMENTA O LEGAL

1.1. O presente TERMO DE EXECU O CULTURAL se fundamenta nas disposi es do EDITAL DE APOIO A REFORMAS, RESTAUROS, MANUTEN O E FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA 00X/2023 e seus anexos publicados no Diário Oficial do Estado datado de XXXXXXXXX, na Lei Complementar n.  195/2022, no Decreto Federal n.  11.525/2023, assim como no Decreto Federal 11.453/2023 e no Decreto Estadual XX/2023<sup>1</sup>.

## 2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente TERMO DE EXECU O CULTURAL a concessão de apoio financeiro que o Estado do Paraná presta ao( ) Agente Cultural para execu o do Projeto "XXXXXXX" devidamente aprovado(a) no EDITAL DE APOIO A REFORMAS, RESTAUROS, MANUTEN O E FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA 00X/2023, e conforme a aba Etapas de Trabalho no Sistema SIC.Cultura.

## 3. RECURSOS FINANCEIROS

3.1. Os recursos financeiros para a execu o do presente termo totalizam o montante de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXX reais).

3.2. Serão transferidos   conta do(a) Agente Cultural, especialmente aberta no Banco do Brasil, Agência [NÚMERO DA AGÊNCIA], Conta Corrente n.  [NÚMERO DA CONTA], para recebimento e

---

<sup>1</sup> O Decreto Estadual encontra-se, neste momento, em trâmite.

movimentação, ou mediante ordem de pagamento para o Agente Cultural integrante de grupos vulneráveis.

3.3. Os rendimentos oriundos de aplicações financeiras poderão ser aplicados para o alcance do objeto, desde que previamente autorizado pela SEEC.

#### **4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

4.1. Para a consecução dos objetivos deste **TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL**, assumem as partes as seguintes obrigações:

##### **4.1.1. Das obrigações da SEEC:**

- a) Realizar o repasse financeiro em conta bancária a ser aberta pela SEEC, utilizada exclusivamente para fins de execução do objeto deste Termo de Execução Cultural, pelo Agente Cultural, dos recursos financeiros previstos para o projeto.
- b) Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos;
- c) Supervisionar e orientar o(a) Agente Cultural, bem como exercer fiscalização na execução do projeto;
- d) Orientar o(a) Agente Cultural sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
- e) Analisar e julgar a prestação de contas do Agente Cultural conforme as categorias elencadas no Art. 29 do Decreto Federal 11.453/2023 e no Decreto Estadual XXXX;
- f) Analisar os pedidos de alterações do projeto, desde que apresentadas previamente e por escrito, acompanhadas de justificativa e que não

impliquem na altera o do objeto fomentado;

- g) Zelar pelo fiel cumprimento deste Termo de Execu o Cultural;
- h) Adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento conforme previsto no item 4 do Anexo VII deste Edital;

**4.1.2. Das obriga es do(a) Agente Cultural:**

- a) Executar o projeto de acordo com as especifica es aprovadas;
- b) Arcar com todos os custos para a realiza o do projeto, inclusive pesquisa, material de divulga o e de execu o, equipamentos e mão de obra, bem como com os encargos trabalhistas, fiscais e sociais decorrentes;
- c) Facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do Termo de Execu o Cultural bem como o acesso aos locais de realiza o do projeto;
- d) Realizar a presta o de contas, conforme previsto no Anexo VII deste Edital;
- e) Atender a qualquer solicita o regular feita pela SEEC;
- f) Apresentar atestado de conclusão de obra/serviço e Diário de Obra, quando cabível;
- g) Apresentar relatório detalhando os serviços realizados e os equipamentos adquiridos, trocados ou mantidos;
- h) Solicitar vistoria de servidor indicado pela SEEC para atestar o cumprimento das obriga es acordadas.
- i) Divulgar nos meios de comunica o, em todo material promocional (impresso, virtual, de áudio e audiovisual), e no(s) produto(s) cultural(is) resultante(s) do projeto, o apoio da SEEC, do Estado do Paraná, do Ministério da Cultura e da Lei Complementar n.  195/2022, utilizando as

logomarcas oficiais conforme disponibilizado no SIC.Cultura e no site da SEEC;

- j) Confeccionar e instalar uma placa indicando que a reforma, restauro ou manuten o e funcionamento do espaço foram realizados com o apoio da SEEC, do Estado do Paraná, do Ministério da Cultura e da Lei Complementar n.  195/2022, utilizando as logomarcas oficiais, conforme disponibilizado no SIC.Cultura e no site da SEEC, e a expressão “PROJETO REALIZADO POR MEIO DE INCENTIVO DA LEI PAULO GUSTAVO – SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – MINISTÉRIO DA CULTURA – GOVERNO FEDERAL”;
- k) Guardar a documenta o relativa   execu o do objeto e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execu o Cultural;
- l) Não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
- m) Executar a contrapartida conforme pactuado;
- n) Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes da administra o e execu o do projeto, obrigando-se a arcar com todos os  nus, salvo em caso fortuito, força maior, ou de danos causados por terceiros;
- o) Zelar pelo bom nome das institui es envolvidas.

## **5. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZA O**

5.1. As atividades alusivas ao objeto deste **TERMO DE EXECU O CULTURAL** serão executadas pelo(a) Agente Cultural sob supervisão

da **SEEC**, que acompanhar  a execu o e fará a avalia o e acompanhamento do cumprimento do objeto.

## **6. DAS ALTERA OES**

- 6.1. Este Termo poderá ser alterado mediante Termo Aditivo ou por simples apostila, nos termos e limites da legisla o e do Edital, podendo o(a) Agente Cultural apresentar solicita o para a altera o.
- 6.2. A formaliza o de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- I. prorroga o de vigência realizada de ofício pela administra o pública quando der causa a atraso na libera o de recursos;
  - II. altera o do projeto sem modifica o do orçamento e sem modifica o substancial do objeto;
  - III. os projetos poderão sofrer remanejamento orçamentário em até 20% (vinte por cento) do valor previsto inicialmente para cada rubrica, sem prévia aprova o da SEEC.

## **7. DOS RECURSOS**

- 7.1. Para a execu o do objeto deste **TERMO DE EXECU O CULTURAL**, serão repassados recursos no valor de R\$ XXXXXX, oriundos da dota o orçamentária n.  XXXX, que serão creditados em conta bancária específica aberta pela SEEC.
- 7.2. O repasse dos valores mencionados no item 7.1 está condicionado   apresenta o, pelo(a) Agente Cultural, da comprova o de regularidade fiscal;

- 7.3. A movimentação financeira, por parte dos beneficiários, dependerá do comparecimento destes às agências bancárias para regularização das contas.

## **8. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- 8.1. A prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser realizada conforme disposto no Art. 29 do Decreto Federal n.º 11.453/2023, devendo ser observado, ainda, os procedimentos indicados no Anexo VII do Edital 00X/2023.
- 8.2. Para fins de prestação de contas, será exigida a comprovação da plena consecução do objeto do projeto, por meio da apresentação, no prazo de até 30 dias corridos após término da execução, de Relatório de Execução do Objeto, conforme disposto no Art. 31 do Decreto Federal n.º 11.453 de 23 de março de 2023.
- 8.3. Conforme previsto no Art. 30 do Decreto Federal n.º 11.453/2023, a prestação de informações *in loco* poderá ser realizada quando o apoio recebido pelo projeto for inferior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nos casos em que a administração pública considerar que uma visita de verificação seja suficiente para aferir o cumprimento integral do objeto. Para esses casos, o(a) Agente Cultural será informado(a) pela SEEC durante a fase de execução do objeto.
- 8.4. Caso sejam identificados indícios de irregularidades na execução do objeto ou nos casos em que for recebida denúncia de irregularidade na execução do projeto a SEEC solicitará, de forma excepcional, o Relatório de Execução Financeira para fim de prestação de contas.

## **9. DAS SANÇÕES**

- 9.1. Na hipótese de determina o pela SEEC, da devolu o de recursos, o(a) Agente Cultural será notificado(a) para que exerça, no prazo de quinze dias corridos, a op o por:
- I. devolu o parcial ou integral dos recursos ao erário;
  - II. apresenta o de plano de a oes compensatórias; ou
  - III. devolu o parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresenta o de plano de a oes compensatórias.
- 9.2. O plano de a oes compensatórias deverá ser apresentado no prazo previsto no item 9.1.
- 9.3. O prazo de execu o do plano de a oes compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado   metade do prazo originalmente previsto de vigência do Termo de Execu o Cultural.
- 9.4. A SEEC deliberará a respeito do plano de a oes compensatórias, observar  a adequa o do plano em vista ao valor devido e poderá solicitar eventuais ajustes.
- 9.5. Nos casos em que estiver caracterizada m -f  do(a) Agente Cultural, será imediatamente exigida a devolu o de recursos ao erário, vedada a aceita o de plano de a oes compensatórias.
- 9.6. Nos casos em que houver exigência de devolu o de recursos ao erário, o(a) Agente Cultural poderá solicitar o parcelamento do débito a ser definido por comissão da SEEC.
- 9.7. O atraso superior a 30 (trinta) dias do pagamento de qualquer parcela ensejará o vencimento antecipado da d vida, inscri o no Cadastro Informativo Estadual e encaminhamento   d vida ativa do Estado do Paraná.

9.8. A devolu o dos valores deverá ser realizada mediante depósito identificado ou PIX em nome do(a) Agente Cultural responsável pelo projeto na Conta Corrente n.º 14.227-1, agência 3793-1, Banco do Brasil, CNPJ 15.481.746/0001-31, em até 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notifica o do atraso.

## **10. EXTIN O DO TERMO DE EXECU O CULTURAL**

10.1. O presente Termo de Execu o Cultural poderá ser extinto:

- I. pelo cumprimento do seu objeto;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. de comum acordo pelas partes antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato, o qual disporá sobre a restitui o parcial ou total de recursos ou eventuais medidas compensatórias.

10.2. A SEEC poderá rescindir unilateralmente o Termo de Execu o Cultural quando o(a) Agente Cultural incorrer em uma das seguintes hipóteses:

- a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b) irregularidade ou inexecu o injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c) viola o da legisla o aplicável;
- d) cometimento de falhas reiteradas na execu o;
- e) má administra o de recursos públicos;
- f) constata o de falsidade ou fraude nas informa es ou documentos apresentados;

- g) não atendimento às recomenda es ou determina es decorrentes da fiscaliza o;
- h) outras hipóteses expressamente previstas na legisla o aplicável.

10.3. Nos casos de rescisão unilateral, o(a) Agente Cultural será previamente notificado(a) para exercer o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 dias úteis, cujo trâmite obedecerá o disposto na Lei de Processo Administrativo do Estado do Paraná, Lei n.  20.656/2021.

10.4. Os casos de rescisão unilateral serão motivados nos autos do processo administrativo e será definida a necessidade de restitui o total ou parcial dos recursos recebidos, aplicando-se o disposto nos itens 9.5 a 9.8 deste Termo de Execu o Cultural.

## **11. DA PUBLICA O**

11.1. As informa es relativas a este TERMO DE EXECU O CULTURAL serão publicadas pela SEEC no Diário Oficial do Estado.

## **12. DA VIGÊNCIA**

12.1. O presente TERMO DE EXECU O CULTURAL tem vigência pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de sua assinatura.

12.1.1. A vigência deste Termo poderá ser prorrogada por meio de Termo Aditivo, mediante solicita o do(a) Agente Cultural, devidamente formalizada e justificada, a ser aprovada pela SEEC;

12.1.2. A prorroga o de  cio da vigência do presente Termo deve ser feita, nos termos do Art. 28,  1. , inciso I do Decreto Federal n.  11.453 de 23 de março de 2023, pela Administra o Pública

quando houver dado causa a pendências que gerem atrasos   execu o do projeto.

- 12.1.3. Na hipótese de prorroga o de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execu o do objeto.

### **13. DO FORO**

- 13.1. Fica eleito o foro da Comarca de CURITIBA – PARANÁ para dirimir quaisquer d vidas ou litígios oriundos do presente TERMO DE EXECU O CULTURAL.

E, por assim estarem plenamente de acordo com todos os termos do presente TERMO DE EXECU O CULTURAL, as partes obrigam-se ao total cumprimento dos termos do presente instrumento, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos.

CURITIBA, XX de XXXXXXXX de 2023.

**Luciana Casagrande Ferreira Pereira**

Secretária de Estado da Cultura

---

Agente Cultural

**CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023**

**EDITAL DE APOIO A REFORMAS, RESTAUROS, MANUTENÇÃO E  
FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA**

**MINUTA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023**

**ANEXO V – CONTRAPARTIDA SOCIAL**

**1. DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste Anexo V a descrição das CONTRAPARTIDAS a serem executadas pelos Agentes Culturais beneficiários de recursos por meio dos editais de fomento da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar n.º 195/2022).

1.1.1. O disposto neste Anexo observa o que está previsto no Art. 7.º da Lei Complementar n.º 195/2022, no Art. 12 do Decreto Federal n.º 11.525/2023 e nas disposições do Decreto Federal n.º 11.453/2023.

**2. DEFINIÇÕES**

2.1. Para efeitos deste Edital, entende-se por:

2.1.1. Contrapartidas Sociais: ações realizadas de forma a complementar o objeto principal do projeto e que visem inclusão social, tais como: gratuidade de ingressos, realização de espetáculos gratuitos, oferecimento de oficinas ou workshops, doação de exemplares do bem cultural gerado, dentre outras;

2.1.2. Ações Formativas Culturais: ações presenciais e gratuitas que visem a conscientização para a importância da arte e da cultura por intermédio do produto cultural do projeto.

### **3. REQUISITOS PARA A REALIZAÇÃO DAS CONTRAPARTIDAS SOCIAIS**

- 3.1. As Contrapartidas Sociais devem ser realizadas no Estado do Paraná, sendo permitida a utilização de recursos do projeto para sua execução.
- 3.2. Parte das Contrapartidas Sociais deverão ser destinadas, prioritariamente a um dos seguintes grupos:
  - 3.2.1. Pessoas vinculadas às Unidades Básicas de Saúde – UBS, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, instituições de acolhimento de crianças e jovens e demais equipamentos públicos de acolhimento e assistência;
  - 3.2.2. Pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias;
  - 3.2.3. Quilombolas;
  - 3.2.4. Indígenas;
  - 3.2.5. Áreas rurais;
  - 3.2.6. Lares de idosos e casas de repouso;
  - 3.2.7. Unidades do sistema prisional;
  - 3.2.8. Escolas da rede pública de ensino, especialmente aquelas localizadas em regiões periféricas e/ou que possuam Educação de Jovens e Adultos (EJA);
  - 3.2.9. Espaços comunitários de convivência, acolhimento e alimentação.
- 3.3. As Contrapartidas Sociais deverão obedecer às premissas estabelecidas no Anexo VI deste Edital no que tange às políticas afirmativas.
- 3.4. Os destinatários dos recursos oferecerão Contrapartidas Sociais em consonância com, ao menos, dois dos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030:

- Objetivo 1. Erradicação da Pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Objetivo 3. Saúde e Bem-Estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- Objetivo 4. Educação de Qualidade: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Objetivo 5. Igualdade de Gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Objetivo 6. Água Potável e Saneamento: assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- Objetivo 7. Energia Limpa e Acessível: assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- Objetivo 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- Objetivo 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura: construir infra-estruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Objetivo 10. Redução de Desigualdades: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

- Objetivo 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 12. Consumo e Produção Responsável: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 13. Ação Contra a Mudança Global do Clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- Objetivo 14. Vida na Água: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- Objetivo 15. Vida Terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres; gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- Objetivo 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável; proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- Objetivo 17. Parcerias e Meios de Implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

#### **4. GRATUIDADE DO ACESSO**

- 4.1. Os Agentes Culturais destinatários dos recursos previstos na Lei Complementar n.º 195/2022 deverão oferecer, como forma de contrapartida, dentro do prazo e das condições acordadas com a

SEEC, exibições gratuitas dos conteúdos reproduzidos nas salas de cinema objetos do Projeto.

- 4.1.1. As exibições deverão ser acessíveis, assegurando a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e outros grupos vulneráveis, conforme determinado no Anexo VI.
- 4.1.2. Poderão ser realizadas exibições com interação popular por meio da internet, ou exibições públicas com distribuição gratuita de ingressos para os grupos mencionados no item 2.2 do Anexo VI, em intervalos regulares.
- 4.1.3. Os Agentes Culturais devem disponibilizar recursos de acessibilidade, como audiodescrição, legendas, língua de sinais, entre outros, de acordo com as necessidades identificadas para cada conteúdo, conforme estabelecido no Anexo VI.
- 4.2. Os Agentes Culturais beneficiados com os recursos previstos neste Edital exibirão obras cinematográficas brasileiras de longa metragem em número de dias 10% (dez por cento) superior ao estabelecido pela regulamentação a que se refere o art. 55 da Medida Provisória n.º 2.228-1, de 2001, na forma prevista no edital ou regulamento do ente federativo no qual tenham sido selecionadas.
- 4.3. Os Agentes Culturais beneficiados com os recursos previstos neste Edital exibirão, dentro do prazo e das condições acordadas com a SEEC, obras cinematográficas que abordam temas relacionados aos grupos mencionados no item 2.2 do Anexo VI, seguido por debate mediado com participação do público.

## **5. DEMAIS AÇÕES DE CONTRAPARTIDAS SOCIAIS**

- 5.1. Os projetos culturais poderão prever a realização de outras ações culturais como forma de Contrapartidas Sociais, conforme disposto no Art. 13 do Decreto Federal 11.525/2023.
- 5.2. As atividades poderão ser destinadas aos seguintes públicos:
  - I – às comunidade local onde o projeto for executado;
  - II – aos trabalhadores e usuários de Unidades Básicas de Saúde – UBS, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e demais equipamentos públicos;
  - III – às pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias;
  - IV – aos grupos de pessoas idosas acima de sessenta anos;
  - V – aos alunos e aos professores de escolas públicas, de universidades públicas ou de universidades privadas que tenham estudantes selecionados pelo Programa Universidade para Todos – Prouni.
- 5.2.1. As ações sugeridas pelo Agente Cultural deverão ser apreciadas pela SEEC.
- 5.3. Os Agentes Culturais deverão apresentar um cronograma detalhado das atividades, incluindo datas, locais, público-alvo, conteúdos programáticos, metodologias e recursos necessários.
- 5.4. As atividades devem ser estruturadas de forma a estimular a participação ativa dos beneficiários, promovendo a reflexão, o debate e o desenvolvimento de habilidades e competências culturais.

- 5.5. As ações culturais realizadas como Contrapartidas Sociais deverão corresponder a pelo menos 10% (dez por cento) do total de lugares disponíveis na sala de cinema, ou contemplar, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 500 (quinhentos) beneficiários, a critério do Agente Cultural.
- 5.6. Excluem-se da obrigatoriedade os projetos que contenham, na fase de execução, ações formativas ou programas educativos.

## **6. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DAS CONTRAPARTIDAS SOCIAIS**

- 6.1. Os Agentes Culturais contemplados deverão apresentar relatório de execução das contrapartidas sociais no sistema SIC.Cultura.
  - 6.1.1. Caso a prestação de contas do projeto seja realizada *in loco*, o Agente responsável deverá realizar também a averiguação da execução da Contrapartida Social, quando aplicável.
- 6.2. Os relatórios devem conter informações sobre as exposições gratuitas realizadas, detalhando locais, datas, número de espectadores e recursos de acessibilidade disponibilizados.
- 6.3. Os relatórios das ações formativas culturais, deverão conter: descrição das atividades realizadas, públicos atendidos, resultados alcançados e recursos utilizados.
- 6.4. Os relatórios devem ser acompanhados de registros fotográficos, audiovisuais ou outros materiais que comprovem a realização das atividades.

## **7. DO CUMPRIMENTO DA CONTRAPARTIDA**

- 7.1. A SEEC deverá ser notificada acerca do cronograma de execução das Contrapartidas Sociais para fins de acompanhamento e alinhamento com as políticas públicas realizadas pela SEEC.

- 7.2. Em caso de descumprimento, integral ou parcial, das Contrapartidas Sociais estabelecidas neste Anexo, o Agente Cultural deverá apresentar justificativa a ser analisada pela autoridade responsável pelo acompanhamento do projeto, que, por sua vez, deliberará pela aprovação ou pela imposição de medidas compensatórias.

**CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023**

**EDITAL DE APOIO A REFORMAS, RESTAUROS, MANUTENÇÃO E  
FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA**

**MINUTA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023**

**ANEXO VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E  
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO**

**1. OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste Anexo a descrição das políticas afirmativas, das medidas de acessibilidade e de democratização do acesso a serem implementadas nos editais de fomento da Lei Complementar n.º 195/2022 relativas à realização de projetos na área do audiovisual.

1.1.1. O disposto neste Anexo observa o que está previsto no Art. 8.º, §7 da Lei Complementar n.º 195/2022, no Art. 15 do Decreto n.º 11.453/2023 e, no que tange às Políticas Afirmativas e de Acessibilidade, nos Capítulos VII, Capítulo VIII e Capítulo IX do Decreto n.º 11.525/2023.

**2. DA DIVERSIDADE NOS PROJETOS**

2.1. A pontuação obtida na fase de Análise Técnica e de Mérito será acrescida de 10 (dez) pontos adicionais, até o limite de 20 (vinte) pontos, caso expressamente declarado, sob as penas da lei:

2.1.1. Ter a maioria de sua equipe composta por pessoas que se enquadram nas categorias explicitadas no item 2.2;

2.1.2. Direcionar a Contrapartida Social aos grupos indicados no item 3.2, relacionados no Anexo V deste Edital.

2.2. Serão considerados os seguintes grupos sociais para a indução de nota:

2.2.1. Mulheres;

2.2.2. Pessoas negras (pretas e pardas);

- 2.2.3. Pessoas integrantes ou oriundas de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de terreiro, povos ciganos, benzedeiros, caiçaras, faxinalenses e outras comunidades e povos tradicionais;
- 2.2.4. Assentados e moradores de ocupações;
- 2.2.5. Pessoas LGBTQIAP+;
- 2.2.6. Egressos do sistema prisional brasileiro;
- 2.2.7. Pessoas com deficiência física, cognitiva, auditiva ou visual assim como outras deficiências ocultas;
- 2.2.8. Pessoas idosas com 60 anos ou mais;
- 2.2.9. Pessoas imigrantes e refugiadas;
- 2.2.10. Pessoas de baixa renda – serão consideradas pessoas de baixa renda aquelas oriundas de famílias com renda mensal por pessoa (renda *per capita*) de até metade do Piso Salarial Regional do Estado do Paraná;
- 2.2.11. Conforme estabelecido no Art. 16, inciso IV, § 1. do Decreto Federal n. 11.525/2023, os editais com recursos oriundos da Lei Complementar n. 195/2022 deverão prever uma reserva de vagas de 20% (vinte) por cento para projetos e ações apresentados por pessoas negras, bem como uma reserva de vagas de 10% (dez) por cento para projetos e ações propostos por pessoas indígenas;
- 2.2.12. Pessoas negras ou indígenas que optarem por concorrer  cotas concorrerão, concomitantemente, às vagas destinadas  ampla concorrência;
- 2.2.13. O número de pessoas negras ou indígenas aprovadas nas vagas destinadas  ampla concorrência não será computado para fins de preenchimento das vagas destinadas às cotas de que trata o item 2.3;

- 2.2.14. Em caso de desistência de pessoa negra ou indígena aprovada em vaga reservada às cotas, a vaga será preenchida pela pessoa negra ou indígena classificada na posição subsequente;
- 2.2.15. Na hipótese de não haver projetos aptos em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas remanescentes será destinado para a outra categoria de cotas; e
- 2.2.16. Na hipótese de, observado o disposto no item 3 do Anexo I deste Edital, o número de projetos permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas, as vagas reservadas serão destinadas  ampla concorrência.

### **3. DA ACESSIBILIDADE**

3.1. Os produtos resultantes dos editais de fomento da Lei Complementar n. 195/2022 deverão oferecer recursos de acessibilidade (ajuda técnica e tecnologia assistiva) para permitir o acesso com segurança e autonomia, total ou assistida, de pessoas com deficiência física, cognitiva, auditiva ou visual, assim como outras deficiências ocultas ao contduo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço, conforme aplicável.

3.1.1. Compreende-se por ajuda técnica:

- 3.1.1.1. Interpretação em libras (para pessoas surdas, não usuárias da língua portuguesa);
- 3.1.1.2. Libras tátil (para pessoas surdas cegas);
- 3.1.1.3. Oralizao e leitura labial (para pessoas surdas oralizadas);
- 3.1.1.4. Guias intérpretes (para pessoas surdas ou cegas);
- 3.1.1.5. A priorização de espaços com acessibilidade estrutural (banheiros adaptados, reserva de espaços para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade

reduzida, como rampas, corrimões, pisos táteis, sinaliza o em braille e libras).

3.1.2. Compreende-se por tecnologia assistiva:

3.1.2.1. Sistema de laço de indu o (sistema de radiofrequência para o envio do som diretamente ao aparelho auditivo ou implante coclear);

3.1.2.2. Audiodescri o, legenda *Closed Caption* (para pessoas surdas usuárias de língua portuguesa);

3.1.2.3. Elevadores (para pessoas cadeirantes);

3.1.2.4. Estenotipia (transcri o do áudio ao vivo, para pessoas surdas usuárias de língua portuguesa).

3.1.3. Conforme disposto no Art. 15 do Decreto 11.525/2023, os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade estarão previstos nos custos do projeto, assegurados, para essa finalidade, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do projeto, desde que compatíveis com as características dos produtos resultantes.

#### **4. DA DEMOCRATIZA O DO ACESSO**

4.1. Os Agentes Culturais deverão considerar as seguintes diretrizes para promover a democratiza o do acesso aos bens culturais:

4.1.1. Recomenda-se a utiliza o de uma linguagem clara e de fácil compreensão, evitando o uso de termos técnicos ou jargões específicos para que a compreensão do conteúdo artístico seja democraticamente acessível, proporcionando aos públicos a fruic o independente de suas condi oes sociais, sensoriais, cognitivas ou físicas;

4.1.2. Os Agentes Culturais podem disponibilizar também, de forma complementar, a oes mediativas que ofereçam uma visão geral do conteúdo, facilitando o seu acesso;

- 4.1.3. Recomenda-se a circula o e difusão das obras audiovisuais selecionadas junto a grupos vulneráveis e comunidades de difícil acesso, a fim de promover o alcance e a fruic o do cont udo por esses públicos;
- 4.1.4. Recomenda-se a realiza o de atividades complementares, como debates, oficinas ou workshops, que possam promover a participa o e a intera o com as obras audiovisuais, contribuindo para o enriquecimento cultural e a troca de experiências.

## **5. DOS GRUPOS VULNERÁVEIS**

- 5.1. Serão considerados integrantes de grupos vulneráveis, para fins de cumprimento de contrapartidas sociais, os integrantes dos seguintes grupos:
  - 5.1.1. Analfabetos;
  - 5.1.2. Moradores de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de terreiro, povos ciganos, benzedeiros, caiçaras, faxinalenses e outras comunidades e povos tradicionais;
  - 5.1.3. Popula o nômade ou itinerante;
  - 5.1.4. Pessoas em situa o de rua;
  - 5.1.5. Moradores de ocupa es;
  - 5.1.6. Pessoas imigrantes e refugiadas;
  - 5.1.7. Pessoas de baixa renda – Serão consideradas pessoas de baixa renda aquelas oriundas de famílias com renda mensal por pessoa (renda *per capita*) de até metade do Piso Salarial Regional do Estado do Paraná.

**CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023**

**EDITAL DE APOIO A REFORMAS, RESTAUROS, MANUTEN O E  
FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA**

**MINUTA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023**

**ANEXO VII – PRESTA O DE CONTAS**

**1. DA APRESENTA O DA PRESTA O DE CONTAS**

- 1.1. O Agente Cultural beneficiário de recursos públicos oriundos da Lei Complementar n.º 195/2022 poderá prestar contas   Administra o Pública por meio das seguintes categorias:
- a) presta o de informa es *in loco*;
  - b) presta o de informa es em relatório de execu o do objeto;
  - c) presta o de informa es em relatório de execu o financeira.
- 1.2. Serão observadas as condi es objetivas para a aplica o de cada categoria ao caso concreto mediante a leitura atenta do previsto nos Art. 24 e 25 da Lei Complementar n.º 195/2022, bem como Art. 29 a 34 do Decreto Federal n.º 11.453/2023.
- 1.3. A documenta o relativa   execu o do objeto e da parte financeira deve ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do fim da vigência do instrumento.

**2. DA MOVIMENTA O DOS RECURSOS**

- 2.1. A SEEC, enquanto responsável pelo acompanhamento da presta o de contas dos beneficiários, poderá:
- 2.1.1. Solicitar a presta o de informa es *in loco*, prevista no inciso I do caput do Art. 23 da Lei Complementar n.º 195/2022, nos casos em que o apoio recebido pelo projeto for inferior a R\$

- 200.000,00 (duzentos mil reais) e a visita de verificação for suficiente para aferir se houve o cumprimento integral do objeto;
- 2.1.2. Solicitar a apresentação de relatório de execução do objeto para os demais projetos contemplados pelo Edital;
- 2.1.2.1. Caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto nos projetos que realizaram prestação de informações *in loco*, a Secretaria de Estado da Cultura – SEEC poderá solicitar a apresentação de relatório de execução do objeto;
- 2.1.3. Decidir pela aprovação e arquivamento da prestação de contas, nos casos em que verificar que houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial justificado, em caso de justificativa aceita pela SEEC por meio de diligência;
- 2.1.4. Solicitar a apresentação pelo Agente Cultural de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que foram insuficientes as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial;
- 2.1.5. Decidir pela rejeição total da prestação de contas, nos casos em que verificar que não houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial justificado ou quando identificar irregularidades no relatório de execução financeira;
- 2.1.6. Aplicar sanções nos casos em que verificar que não houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial justificado ou quando identificar irregularidades no relatório de execução financeira.
- 2.2. Após a análise da prestação de contas, por meio de Relatório de Execução Financeira, eventuais recursos não utilizados, glosados, ou utilizados em desacordo com o objeto do projeto contemplado, deverão ser devolvidos, por meio de depósito identificado ou PIX, à

Conta Corrente n.º 14227-1, agência 3793-1, Banco do Brasil, CNPJ 15.481.746/0001-31, em até 10 (dez) dias a contar do encerramento do prazo para a execução do objeto, ou da análise final da prestação de contas, ou da notificação.

- 2.3. Os saldos financeiros e os rendimentos de aplicações financeiras não utilizados no objeto deverão ser devolvidos à SEEC após a análise do Relatório de Execução Financeira pela SEEC.
- 2.4. Em caso de reprovação, parcial ou total, do Relatório de Execução Financeira, o Agente Cultural poderá apresentar recurso à autoridade máxima da SEEC, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.
- 2.5. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que devidamente comprovada.

### **3. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 3.1. O responsável pelo aferimento da prestação de informações *in loco* deve elaborar relatório de visita e encaminhá-lo à SEEC.
- 3.2. A prestação de contas em relatório de execução do objeto deve comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural por meio de fotos, vídeos e relatório escrito contendo informações das etapas de produção realizadas no projeto. Caso haja necessidade de apresentação de relatório de execução do objeto ou relatório de execução financeira, tais documentos deverão ser encaminhados pelo Agente Cultural responsável via sistema SIC.Cultura.
- 3.3. A fim de garantir maior segurança e transparência, é recomendado que o Agente Cultural responsável pela execução do projeto faça o *upload* de todas as notas fiscais e demais documentações relacionadas à prestação de contas no sistema SIC.Cultura, independente da modalidade de prestação de contas utilizada.

- 3.4. Toda a prestao de contas deverá ser apresentada de forma digitalizada.
- 3.5. Não serão aceitos documentos que apresentem emendas ou rasuras que prejudiquem a clareza de seu conteúdo.
  - 3.5.1. Os comprovantes de despesa que se apresentem em condioes de difícil leitura, deverão ser acompanhados de justificativa.

#### **4. DAS SANOES**

- 4.1. Na hipótese de determinao, pela SEEC, da devoluo de recursos, o Agente Cultural será notificado para que exerça, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a opo por:
  - I – devoluo parcial ou integral dos recursos ao erário;
  - II – apresentao de plano de aoes compensatórias; ou
  - III – devoluo parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentao de plano de aoes compensatórias.
- 4.1.1. O plano de aoes compensatórias deverá ser apresentado no prazo previsto no item 4.1.
- 4.2. O prazo de execuo do plano de aoes compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado  metade do prazo originalmente previsto de vigência do Termo de Execuo Cultural.
- 4.3. A SEEC deliberará a respeito do plano de aoes compensatórias, observar a adequao do plano em vista ao valor devido e poderá solicitar eventuais ajustes.
- 4.4. Nos casos em que estiver caracterizada m-f do Agente Cultural, será imediatamente exigida a devoluo de recursos ao erário, vedada a aceitao de plano de aoes compensatórias.
- 4.5. Nos casos em que houver exigência de devoluo de recursos ao erário, o Agente Cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, em até 10 (dez) parcelas mensais iguais.

- 4.5.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias do pagamento de qualquer parcela ensejará o vencimento antecipado da d vida, inscri o no Cadastro Informativo Estadual e encaminhamento   d vida ativa do Estado do Paraná.

## **5. DISPOSI ES FINAIS**

- 1.1. A SEEC se reserva o direito de exigir documentos adicionais que não se fizerem listados no presente Anexo, bem como poderá diligenciar a apresenta o de novas informa es, relatórios e justificativas, tanto quanto for necessário para o correto encerramento das presta es de contas.

**CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023**

**EDITAL DE APOIO A REFORMAS, RESTAUROS, MANUTEN O E  
FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA**

**MINUTA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 00X/2023**

**ANEXO VIII – FORMULÁRIO DE AUTODECLARA O**

**FORMULÁRIO DE AUTODECLARA O**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF  
n.º \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_, **DECLARO** para  
fins de participa o no **EDITAL DE APOIO A REFORMAS, RESTAUROS,  
MANUTEN O E FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA**, que sou:

Agente Cultural negro(a)/pardo(a) e/ou indígena.

**ou**

Agente Cultural pertencente a um ou mais dos seguintes grupos:

mulher;

quilombola, ribeirinho, povos de terreiro, povos ciganos, benzedeiros, caiçaras ou  
outras comunidade de povos tradicionais;

assentado e morador de ocupa es;

LGBTQIAP+;

egresso do sistema prisional brasileiro;

pessoa com deficiência física, cognitiva, auditiva ou visual assim como outras  
deficiências ocultas<sup>1</sup>;

---

<sup>1</sup> Para Agentes Culturais autodeclarados pessoas com deficiência,   necessário incluir no mesmo  
arquivo desta declara o, em pdf, o atestado médico assinado por um médico especialista na área,  
contendo na descri o clínica o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código  
correspondente da Classifica o Internacional de Doenças – CID.

- ( ) pessoa idosa com 60 anos ou mais;
- ( ) imigrante ou refugiado;
- ( ) pessoa de baixa renda – Serão consideradas pessoas de baixa renda aquelas oriundas de famílias com renda mensal por pessoa (renda *per capita*) de até metade do Piso Salarial Regional do Estado do Paraná.

E declaro a op o por concorrer às vagas reservadas neste Edital, conforme critérios estabelecidos no Art. 16,   1. , IV do Decreto Federal n.  11.525/2023, ou me enquadrar nos critérios para indu o de nota, conforme estabelecido pelo item 2.2 do Anexo VI deste Edital e no art. 16,   1. , III do Decreto Federal n.  11.525/2023.

Por ser verdade, assino a presente declara o e estou ciente de que a apresenta o de declara o falsa pode acarretar desclassifica o do Edital e aplica o de san oes criminais.

---

Assinatura do(a) Agente Cultural

Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.